

**Relatório da Administração
Exercício 2010**

Apresentação

Na forma da legislação societária brasileira, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., acompanhadas do Relatório de Administração, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

1. Contextualização

1.1 Banco da Amazônia há 68 anos promovendo o desenvolvimento

Credibilidade, respeitabilidade e empreendedorismo são palavras que traduzem a importância histórica do Banco da Amazônia, a maior e principal instituição da região Amazônica.

O desenvolvimento econômico da região Amazônica, nas últimas seis décadas, está diretamente relacionado com o surgimento da Instituição o que demonstra seu importante papel, tanto na economia regional quanto na economia mundial.

Década de 40 - A instituição nasce durante a 2ª Guerra Mundial com o objetivo de financiar a produção de borracha destinada aos países aliados. Naquele momento, os japoneses dominavam as principais fontes produtoras situadas na Ásia, e a Amazônia era o único local do mundo livre, em condições de fornecer a goma elástica.

A partir do Acordo de Washington, firmado entre Brasil e Estados Unidos, o Decreto-Lei 4.451/1942 cria o Banco de Crédito da Borracha, com participação acionária dos dois países e o desafio de reativar os seringais nativos da região, cuja economia estava estagnada nos 30 anos posteriores ao fim da Era da Borracha.

Década de 50 - Após a guerra, a borracha oriental volta ao mercado mundial e, mais barata, supera a borracha nativa da Amazônia. Em 1950, o governo federal cria o Banco de Crédito da Amazônia S/A, ampliando o financiamento para outras atividades produtivas e assumindo contornos pioneiros de banco regional misto.

Década de 60 - A partir de 1966, assume o papel de agente financeiro da política do governo federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, já com a denominação de Banco da Amazônia S.A., tornando-se depositário de incentivos fiscais.

Década de 70 - Em 1970, passa a ser uma sociedade de capital aberto, tendo o Tesouro Nacional 51% das ações e o público 49%. Em 1974, é alçada a agente financeiro do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), atuando na expansão da fronteira agrícola e no avanço da industrialização regional.

Décadas de 80 e 90 - Como gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), criado em 1989, possibilita aos mini, micro e pequenos produtores, assim como aos empresários da região o acesso a uma fonte permanente e estável de financiamentos de longo prazo, com encargos diferenciados, resultando na geração crescente de renda e de postos de trabalho.

Século 21 - Em 2008, um novo modelo de gestão, baseado na atuação comercial e segmentação de clientes, foi implantado no Banco, reforçando o seu compromisso de promover o desenvolvimento da Amazônia em bases sustentáveis.

Há quase sete décadas, o Banco vem contribuindo para alavancar os negócios regionais por meio de financiamentos e empréstimos aos empreendedores de todos os portes e para fortalecer a poupança regional. Contribui também para a distribuição de renda, além de patrocinar ações culturais, esportivas e sociais.

1.2 Cenário

Do ponto de vista do crescimento econômico, o ano de 2010 foi satisfatório. Estima-se que o País tenha crescido no ano cerca de 7,3%, algo semelhante aos desempenhos do período do "milagre econômico". Considerando a crise financeira mundial de 2009, o ano de 2010 foi de recuperação econômica, tendo como principal motor a demanda interna que promoveu uma expansão do PIB de 2,3%, 1,8% e 0,5% no primeiro, segundo e terceiro trimestre, respectivamente.

Esse desempenho apurado, seguramente, teve como origem o aumento do consumo das famílias e o estabelecimento de um ambiente otimista entre os investidores, fatores estes que possibilitaram o aquecimento da demanda agregada doméstica. Por sua vez, o aumento da renda, do emprego e do crédito inflaram sobre o consumo. Cabe ressaltar o papel imprescindível dos benefícios fiscais concedidos em IPI e ICMS, objetivando estimular as vendas em alguns setores, como, por exemplo: automóveis, materiais de construção e eletrodomésticos da "linha branca".

No início do segundo semestre, com o término dos incentivos fiscais e alguns ajustes de estoque na indústria, a economia desacelerou, mas voltou a crescer significativamente nos últimos meses. Acompanhando o desempenho do PIB, o mercado de trabalho também evoluiu expressivamente. O saldo de operações de crédito do sistema financeiro conta, também, como ponto positivo, representando 46,6% do PIB, no final do exercício de 2010.

Em sintonia com esse crescimento, o Banco da Amazônia S.A., desempenhando seu papel de agente financeiro do governo federal na Amazônia e por ser um dos principais indutores para o desenvolvimento da Região, injetou na economia amazônica, no exercício de 2010, R\$3.850,0 milhões, sendo que, somente para o crédito de fomento, foram destinados recursos na ordem de R\$2.747,8 milhões.

Também na área social, o Banco buscou ampliar sua participação, abrindo oportunidades aos profissionais da cultura, do esporte e de projetos sociais para colocarem em prática seus sonhos e mudar a realidade da Região Amazônica. Para isso, definiu como política, desde o exercício de 2009, que a concessão dos patrocínios se dará através de tomada pública, mediante a participação nos editais de patrocínio publicados pelo Banco, o que possibilitou a participação de todos que necessitavam de apoio financeiro para mostrar suas potencialidades.

1.3 Benefícios socioeconômicos gerados pelo Banco

Ao aportar crédito na Amazônia Legal, o Banco auxilia na formação de um círculo virtuoso de crescimento que determina o aumento do emprego e da renda e se traduz em um novo padrão de consumo, incentivando o investimento, a produção e, consequentemente, o emprego e a renda, em um movimento contínuo, atraindo empresas e pessoas que também tendem a alavancar o crescimento.

Por isso, a preocupação básica é de executar uma política de desenvolvimento ágil e seletiva, capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da Amazônia. Neste sentido, o Banco diferencia-se das demais instituições financeiras, pois, além de se propor a ser o agente indutor do desenvolvimento sustentável da região, atua efetivamente como agente catalisador do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

A estratégia adotada considera que o Banco deve seguir as políticas e programas voltados para a Amazônia de maneira que a congregação dos esforços isolados promova o crescimento e desenvolvimento regional e, paralelamente, possibilite oportunizar negócios que a congregação. Por isso, mais de 90% dos financiamentos atendem a projetos localizados nos municípios mais carentes, de acordo com o que dispõe a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

1.4 Reestruturação Organizacional

Como em todo processo de transformação organizacional há fatores internos e externos determinantes para a consolidação da mudança, o que exige da organização um acompanhamento constante. As mudanças que ocorrem no Banco atingem vários âmbitos, envolvendo modificações na estratégia, na estrutura, na tecnologia e nos produtos, sendo determinante a importante alteração na cultura organizacional, nas competências e conhecimentos individuais, o que exige forte comprometimento de atuação na área de gestão de pessoas no sentido de fornecer o suporte necessário, para o alcance dos objetivos organizacionais.

O modelo de gestão, implantado em 2008, ainda está em fase de consolidação, porém já começa a dar resultados, como o fortalecimento do processo de crédito e a melhoria de indicadores de performance como o de volume de crédito contratado.

A mudança empreendida possibilitou, no curto prazo, ativação de 112 carteiras negociais com 32.927 clientes encarteirados. Os gerentes de relacionamento dessas carteiras já fazem gestão de 55% da carteira de crédito de fomento, 55% do crédito comercial e 43% da captação do Banco.

Os avanços no Banco já podem ser identificados, sendo o principal deles a mudança no relacionamento com os clientes. Outro resultado significativo que merece destaque foi a expansão na contratação do crédito de fomento, não só com a principal fonte, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), mas também com outros *funding*, como Fundo da Marinha Mercante (FMM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). Outro ponto relevante foi o avanço no atendimento a micro e pequenas empresas. Neste sentido, o modelo de gestão implantado foi fundamental para o Banco, pois, ao conhecer o cliente, está agregando valor a ele, aos acionistas, ao governo e à sociedade.

Neste contexto de transformação, o Banco investiu, em 2009, em novo concurso público que possibilitou, no ano de 2010, o ingresso de cento e vinte e um novos empregados que passaram por processo de ambientação imediata recebendo, através de curso intensivo, conhecimentos que visam sua adaptação às unidades que passam a integrar, bem como ao modelo de gestão, de forma a tornarem-se multiplicadores dos conhecimentos recebidos.

Foram realizados, também, treinamentos específicos, com o objetivo de aprimorar o conhecimento dos empregados quanto aos fatores inerentes e relevantes que estão presentes na concessão de crédito.

Todas as ações empreendidas visam consolidar as mudanças iniciadas em 2008, pois o sucesso do modelo depende da capacidade do Banco em se adaptar e em crescer a partir de uma estrutura forte e flexível que lhe possibilite solidificar sua imagem como agente financeiro do Governo Federal que tem compromisso de trabalhar pelo desenvolvimento da Amazônia em bases cada vez mais sustentáveis.

2. Desempenho Operacional

2.1 Política de Aplicação

O Banco da Amazônia S.A., em suas operações, privilegia o financiamento a atividades sustentáveis que promovem a melhoria da qualidade de vida da população, à conservação das áreas florestais e ao crescimento da Região. Em 2010, a oferta de crédito foi ampliada o que possibilitou maiores oportunidades, especialmente, para os pequenos e médios produtores e empreendedores locais, estabelecendo, assim, um novo padrão de financiamento.

2.2 Programa de Microcrédito Produtivo Orientado

O Programa Amazônia Florescer, alinhado ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal, proporciona a concessão e acompanhamento do crédito aos empreendedores do setor informal, excluídos do sistema financeiro tradicional, através do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), promovendo a inclusão financeira e a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento com equidade social e sustentabilidade econômica na região da Amazônia Legal.

Para a operacionalização do programa, o Banco da Amazônia firmou Termo de Parceria com a Associação de Apoio à Economia Popular da Amazônia (Amazoncred), que dispõe de Assessores de Negócios, profissionais treinados que mantêm estreito diálogo com os clientes no local onde é desenvolvido o empreendimento, avaliando a utilidade e adequação do crédito, orientando quanto ao seu uso produtivo e estimulando uma cultura empreendedora.

O acesso ao crédito é realizado pela formação de grupos solidários, metodologia que fomenta a responsabilidade com o crédito, a cooperação entre os participantes e substitui a garantia real. O programa cria uma relação de longo prazo com os clientes por meio de empréstimos ágeis, sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do desenvolvimento individual e do negócio ao longo de todo o ciclo do crédito.

O programa iniciou sua operacionalização em dezembro de 2007. Em 2008, foram aplicados R\$1,7 milhões, atendendo a 2.561 clientes. Em 2009 foram aplicados R\$5,2 milhões atendendo 6.345 clientes, e, em 2010, com a abertura de mais duas unidades, a aplicação acumulada mais que duplicou passando para R\$12,7 milhões, representando um crescimento de 144% em relação a 2009. As perspectivas para 2011 são muito promissoras uma vez que foram abertas três novas unidades em dezembro de 2010, totalizando oito unidades do Amazônia Florescer urbano e duas rurais.

Em 2010, a vertente urbana do Programa firmou parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, por meio da consultoria *Planet Finance* - organização especializada em microfinanças - desenvolveu um projeto de fortalecimento do Programa envolvendo a elaboração de diagnóstico e realização de capacitação para aperfeiçoamentos da gestão operacional do Amazônia Florescer.

Outra importante parceria formalizada em 2010 foi com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o fortalecimento da vertente rural do Programa Amazônia Florescer, o que possibilitou a aquisição de veículos (motocicletas) para facilitar o deslocamento dos assessores de créditos nas zonas rurais e aumentar o número de agricultores atendidos.

Em 2011, os convênios com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) terão continuidade e há a perspectiva de formalização de convênios com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para proporcionar oportunidades de geração de renda aos beneficiários do Programa Bolsa Família; e com a Comissão Europeia, visando formação financeira e desenvolvimento de metodologia apropriada ao público situado na linha da pobreza.

2.3 Agricultura Familiar - PRONAF

O Banco da Amazônia S.A. (Plano Safra 2009/2010 - julho/2009 a junho/2010) aplicou recursos, na ordem de R\$536,8 milhões em 51.600 contratos, superando o acordado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Somente no exercício de 2010, o volume aplicado no PRONAF alcançou a cifra de R\$574,5 milhões, beneficiando 34.142 contratados, computado nesse montante parte do "Plano Safra", correspondente ao período de janeiro a junho de 2010.

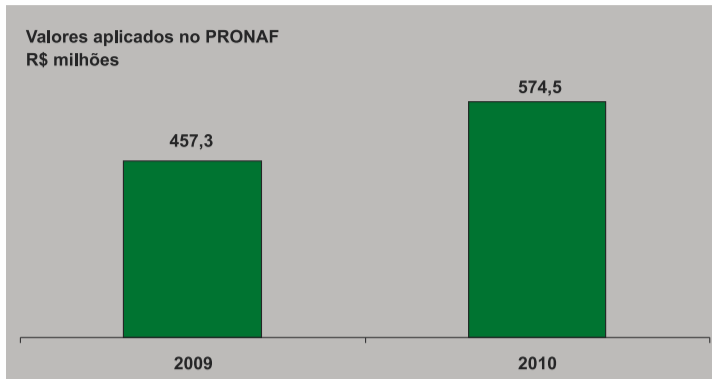
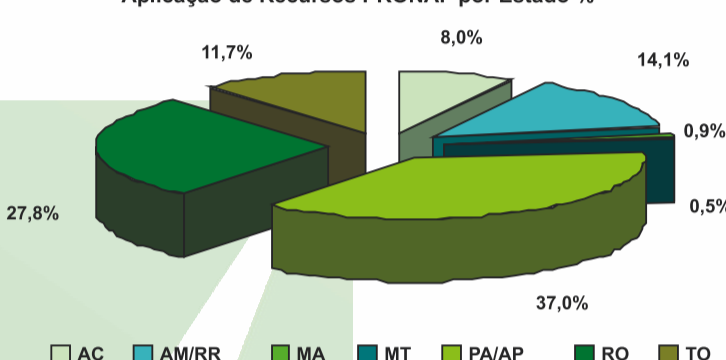


Tabela de Aplicação do PRONAF em R\$ milhões

| SUPER | APLICAÇÃO - PRONAF 2009 | | | TOTAL | APLICAÇÃO - PRONAF 2010 | | |
|--------------|-------------------------|------------|------------|--------------|-------------------------|------------|--------------|
| | FNO | OGU | FAT | | FNO | OGU | TOTAL |
| AC | 28,4 | - | - | 28,4 | 45,7 | - | 45,7 |
| AM/RR | 55,7 | 0,1 | - | 55,8 | 80,9 | - | 80,9 |
| MA | 0,2 | 3,4 | 0,4 | 4,0 | 0,2 | 5,1 | 5,3 |
| MT | - | 0,4 | 0,4 | 0,8 | - | 2,6 | 2,6 |
| PA/AP | 208,4 | 0,1 | - | 208,5 | 213,3 | - | 213,3 |
| RO | 91,7 | - | - | 91,7 | 159,7 | - | 159,7 |
| TO | 68,1 | - | - | 68,1 | 67,0 | - | 67,0 |
| TOTAL | 457,3 | 4,0 | 0,8 | 457,3 | 566,8 | 7,7 | 574,5 |

Aplicação de Recursos PRONAF por Estado %



2.4 Fomento

Os recursos de fomento são utilizados especificamente para promover o desenvolvimento da Região Amazônica. O fomento é composto, entre outros, por recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), fonte mais expressiva em volume e setores/segmentos beneficiados, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), além de recursos de repasse do BNDES e Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e do Orçamento Geral da União (OGU).

No ano de 2010, foram contratados R\$5.354,2 milhões e liberados R\$2.747,8 milhões. Em todo o ano de 2009, o Banco contratou R\$2.865,1 milhões, ou seja, o volume de recursos contratados em 2010 registrou aumento de 86,9%.

Parceria Banco da Amazônia e SEBRAE

O Banco da Amazônia e o SEBRAE firmaram, em 2010, convênio de cooperação técnica para qualificar e ampliar o acesso ao crédito das micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da região da Amazônia Legal. Entre as metas está a capacitação de mais de seis mil empresários por meio de cursos gerenciais.

2.4.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O Banco da Amazônia é o Agente Financeiro do FNO, sendo sua principal fonte de recursos para promover o desenvolvimento humano, econômico e social das comunidades locais. Financia projetos de agricultura e pecuária de pequena, média e grande escala, microempresas voltadas às exportações e negócios nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços, que maximizem resultados socioeconômicos, com baixo impacto ambiental.

O FNO é operacionalizado através de três programas de financiamento: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF), o Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável) e o Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade).

O Programa FNO-PRONAF apoia as atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

O Programa FNO-Amazônia Sustentável apoia, em bases sustentáveis, empreendimentos rurais e não-rurais mediante a concessão de financiamentos voltados para atender às reais necessidades dos setores produtivos, como também o comércio e serviços.

O Programa FNO-Biodiversidade apoia atividades voltadas à manutenção e recuperação da biodiversidade da Amazônia, a partir da concessão de financiamentos a empreendimentos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas.

Em 2010, o valor total contratado do FNO correspondeu a R\$2.584,8 milhões, 7,5% a mais que no ano de 2009. Tais valores traduziram-se em 43.244 operações contratadas, com um volume de R\$2.314,0 milhões liberados (R\$1.834,2 milhões em 2009).

Em parceria com o Ministério da Integração Nacional, foram realizados pelo Banco seminários nos sete estados da Região Norte, para lançamento do FNO-Itinerante, com o objetivo de divulgar e disseminar informações sobre o FNO a todos os 450 municípios da Região, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional.

Foram realizados seminários de sensibilização nos municípios de Benjamin Constant (AM), São Félix do Tocantins (TO), Pracuúba (AP), Jordão (AC), Nova Mamoré (RO), Porto de Moz (PA) e Rorainópolis (RR). Os eventos contaram com a participação de cerca de 700 pessoas, entre pequenos agricultores, microempresários, o público em geral, além da participação dos governos estadual e municipal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e representantes da sociedade civil organizada.

2.4.2 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Em 2010, com recursos do FAT, foram liberados R\$8,4 milhões contra R\$8,2 milhões em 2009, representando crescimento de 2,4% no volume de recursos. Esse Fundo tem destinado parte de seus recursos ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Através dos programas PROGER Urbano, são atendidos, exclusivamente, micro e pequenos empreendedores urbanos e profissionais liberais.

2.4.3 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Fundo gerido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tendo como agente operador o Banco, o FDA é destinado a financiar investimentos para implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados na Amazônia Legal. No ano de 2010, o volume total contratado com recursos do FDA foi de R\$2.608,3 milhões (R\$31,5 milhões em 2009).

2.4.4 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Com recursos do BNDES, o Banco da Amazônia busca atender as regiões não abrangidas pelo FNO, especialmente os Estados do Maranhão e Mato Grosso.

Os recursos são destinados às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes que atuam nos segmentos da agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, comércio e serviços, infraestrutura e exportação. No ano de 2010, foram contratados recursos na ordem de R\$5,8 milhões.

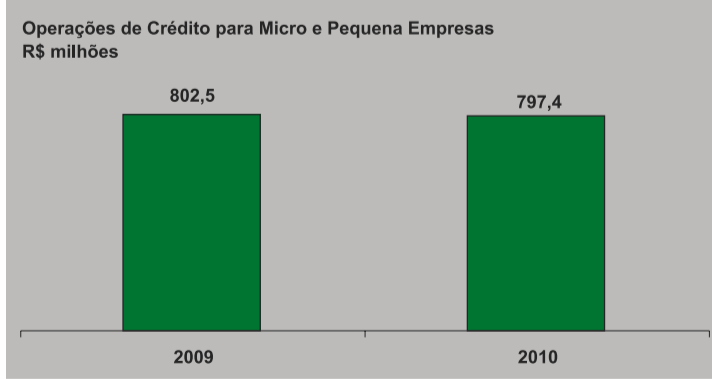
2.4.5 Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)

Os recursos recebidos do OGU são destinados a atender agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas, exclusivamente, de agricultores familiares, através do PRONAF. Em todo o ano de 2010, foram contratados R\$7,7 milhões, representando 51,0% de crescimento em relação ao ano anterior.

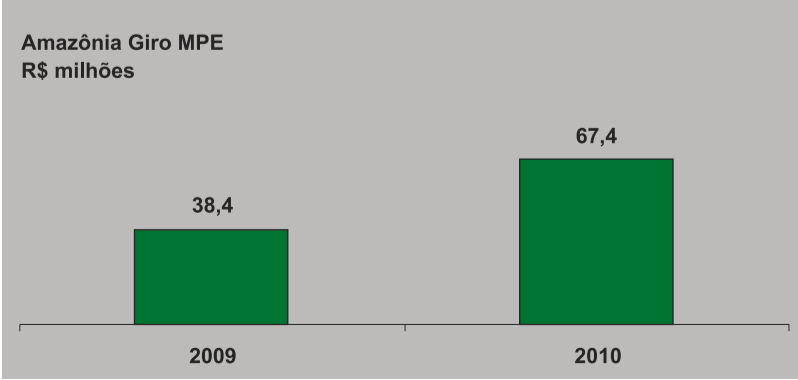
2.5 Micro e Pequenas Empresas

Durante o exercício de 2010, o Banco da Amazônia destinou R\$797,4 milhões para as micro e pequenas empresas, distribuídos em 28.133 operações de crédito. Desse total, R\$473,1 milhões (59,3% do total) foram destinados às micro empresas e R\$324,3 milhões (40,7% do total) foram aplicados em empresas de pequeno porte, incluindo recursos tanto do crédito comercial quanto de fomento.

A maioria desses recursos R\$723,2 milhões (90,7%) foram provenientes da carteira de fomento, enquanto R\$74,2 milhões (9,3%), da carteira comercial. O FNO continua sendo a principal fonte, tendo representado 96,7% do total das aplicações.

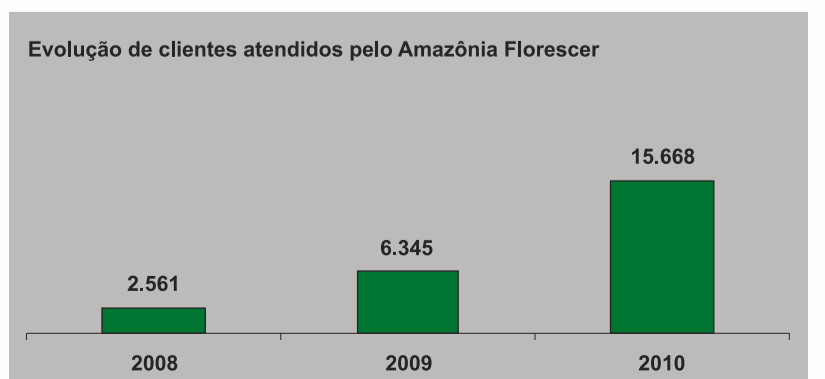
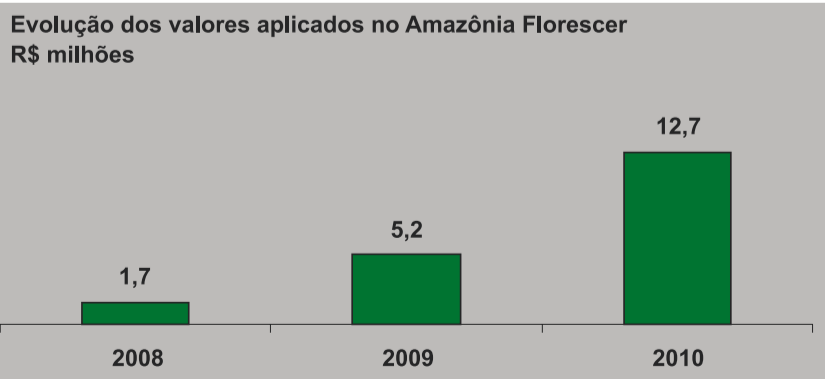


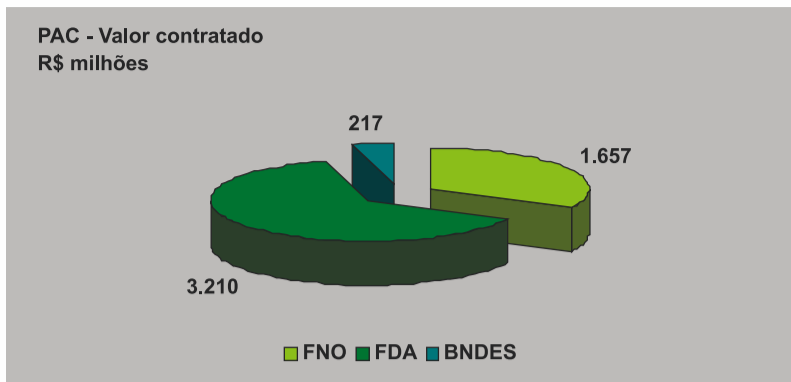
Para facilitar o acesso ao crédito pelas microempresas e empresas de pequeno porte, o Banco criou, em 2009, produto específico para o segmento denominado de Amazônia Giro MPE, o qual apresentou crescimento no valor contratado superior a 175,5% do ano de 2010 em relação a 2009.



2.6 Infraestrutura

O total de recursos disponibilizados pelo Banco, desde 2007, em projetos de infraestrutura na Amazônia Legal, foi de R\$5.084,0 milhões, sendo R\$3.210,0 milhões com recursos do FDA, R\$1.657,0 milhões com recursos do FNO e R\$217 milhões do BNDES, em obras de infraestrutura de geração e transmissão de energia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e modernização da rede de telefonia móvel na Amazônia.





Entre os projetos financiados destacam-se: Usina termo elétrica no Maranhão, com capacidade de geração de energia termoelétrica de 360 MW, no total de R\$334,1 milhões; Ampliação das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica na região do Xingu, no Pará (Tucuruí), e Macapá (AP), no total de R\$1.500,0 milhões; Usina Hidrelétrica no rio Madeira, em Porto Velho (RO), com capacidade instalada de 3.150 MW e energia firme de 2.218 MW; e Ampliação e Modernização da rede de Telefonia Móvel na Amazônia Legal, com financiamento de R\$667,2 milhões.

2.7 Crédito Comercial

A carteira de Crédito Comercial do Banco da Amazônia atende aos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo, através de operações de câmbio e de crédito geral.

No ano de 2010, o saldo das operações ativas da Carteira Comercial relacionadas ao crédito geral atingiu o valor R\$984,8 milhões, correspondendo a 43.880 operações. Quanto ao câmbio, registrou-se o valor de R\$67,2 milhões para 129 contratos.

3. Desempenho Econômico - Financeiro

3.1 Ativos

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2010 com Ativos Totais de R\$8.462,0 milhões, registrando crescimento de 8,4% em relação a 2009, permanecendo a Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com as Aplicações Interfinanceiras, como os maiores componentes, representando 61,9% desse total, seguida da Carteira de Operações de Crédito com 20,2%.

As operações de crédito (desconsiderando as operações de câmbio e com recursos do FNO) encerraram o exercício com saldo de R\$1.879,4 milhões, aumento de 11,8% em relação a 2009 (R\$1.681,3 milhões).

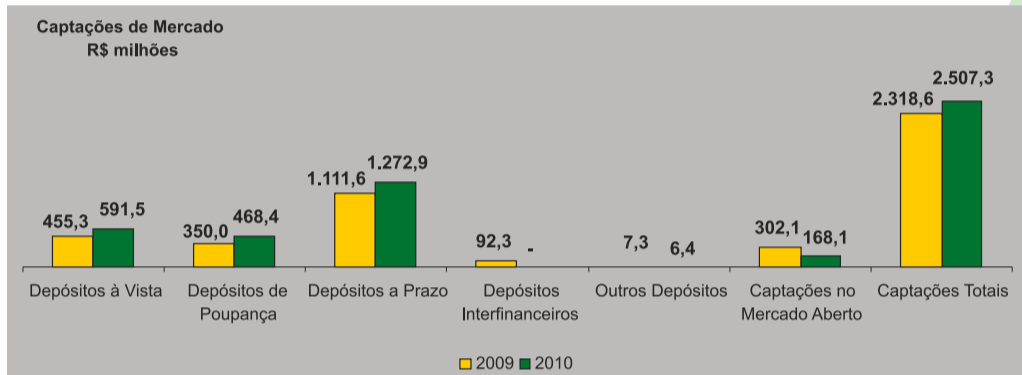
Passados os impactos econômicos do cenário financeiro mundial, que provocaram o aumento da inadimplência, a carteira de crédito apresentou melhoria na qualidade, em razão das novas políticas adotadas para a concessão e acompanhamento, podendo já ser medido através da redução da inadimplência, bem como pelo decréscimo das operações vencidas no total da carteira, que em 2009 era de 14,0% passando a corresponder a 11,3% em 2010. Os créditos classificados como de risco AA a C, que representam 89,2% do total da carteira no exercício anterior eram de 86,1%.

O Índice de Qualidade da Carteira (IQC) fechou em 7,2%.

Os demais ativos estão representados pelas rubricas de Disponibilidades, Relações Interfinanceiras, Outros Créditos e Permanente, contribuindo com 17,8% para o total de ativos, destacando-se os Créditos Tributários que representam apenas 7,0%.

3.2 Passivos

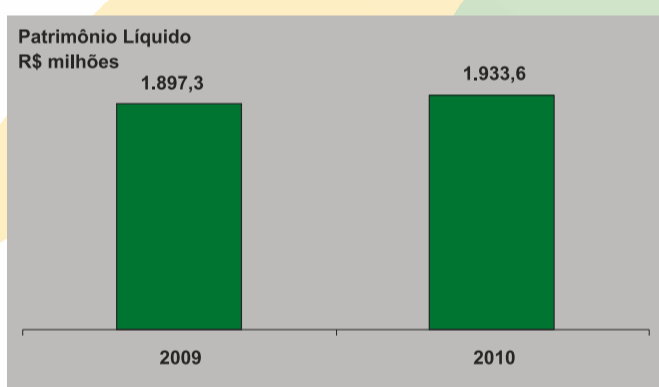
No Banco da Amazônia, o exercício de 2010 encerrou com o saldo de R\$2.339,3 milhões dos depósitos captados junto ao público, superior em 16,0%, em relação a 2009, que, somados às operações compromissadas (lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro), totalizaram R\$2.507,3 milhões (R\$2.318,6 milhões em 2009) de recursos captados.



Os recursos disponíveis do FNO, enquanto não aplicados em operações de crédito, representam 23,4% dos recursos administrados pelo Banco. As Obrigações por Empréstimos e Repasses, compostas por recursos do BNDES, OGU e Caixa Econômica Federal (CEF) fecharam com saldo de R\$509,5, com uma participação de 6,0% no total do passivo.

3.3 Patrimônio Líquido

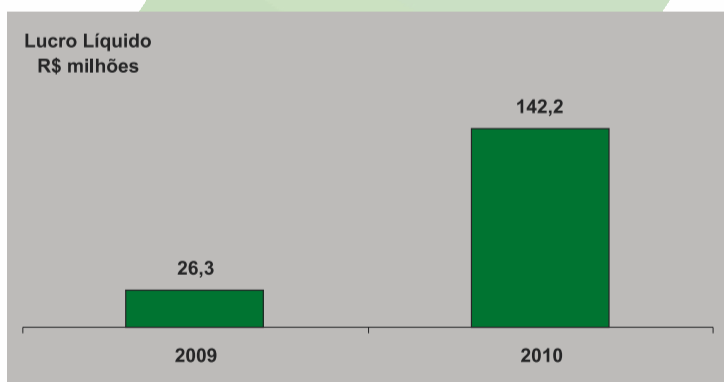
O Patrimônio Líquido Ajustado totalizou R\$1.933,6 milhões, apresentando crescimento de 1,9% quando comparado ao exercício anterior. A rentabilidade anual foi de 7,5%. O Índice da Basileia (K) atingiu 22,6%, superior ao limite de 11,0%, o que permite uma alavancagem de R\$9.567 milhões.



3.4 Resultado

O Banco da Amazônia S.A. encerrou o exercício de 2010 com lucro líquido de R\$142,2 milhões, confirmando a recuperação de seu desempenho após um ambiente de turbulência econômica, onde fortes ajustes foram necessários impactando seu resultado de 2009.

Com o lucro líquido obtido no exercício, a rentabilidade anualizada alcançou 7,5% sobre o Patrimônio Líquido de 2009 e corresponde a R\$0,05 por ação.



A remuneração destinada aos acionistas, na forma de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, que será submetida a Assembleia Geral Ordinária, foi no ordem de R\$110,9 milhões, correspondendo a R\$0,05 para cada ação ordinária e corresponde a 81,5% do lucro líquido ajustado.

4. Área Internacional

Buscando alavancar negócios e promoção junto ao comércio exterior, o Banco da Amazônia vem desenvolvendo ações que visam ampliar o relacionamento do Banco com organismos internacionais, dar divulgação a sua atuação a sua marca no cenário internacional e, consequentemente, ampliar o potencial para a consolidação de parcerias em prol do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Entre essas ações destacam-se:

Celebração de parceria com a Agência Francesa (AFD): assinada, em junho de 2010, Protocolo de Acordo entre o Banco da Amazônia e a Agência Francesa de Desenvolvimento, cujo principal propósito é fortalecer a cooperação, especialmente, com vistas a melhorar a eficácia dos financiamentos e das estruturas financeiras para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira.

Celebração de parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE): Termo de Cooperação entre o Banco da Amazônia e o Ministério das Relações Exteriores, através do qual o Banco torna-se um ponto focal do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI) do MRE. O SIPRI tem como objetivo estimular a captação de investimentos estrangeiros diretos, preferencialmente associados à transferência de tecnologia para o País e a atividades que possam gerar exportações, por meio da cooperação empresarial, através de seus setores de promoção comercial no exterior e de pontos focais no Brasil.

Celebração de parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia do Pará (SEDECT): celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o Banco da Amazônia, a SEDECT e demais instituições do estado do Pará envolvidas no processo de atração de investimentos estrangeiros diretos, que tem como objetivo desenvolver ações conjuntas para estruturar e operacionalizar um padrão de atendimento a investidores estrangeiros, de modo a atrair-los para o estado e reter seus investimentos produtivos e sustentáveis. Referido projeto se origina da iniciativa da Agência de Promoção de Exportação (APEX) e do Banco Mundial através do projeto de Atração de Investimentos Estrangeiros Diretos.

PARTICIPAÇÃO EM FÓRUMS INTERNACIONAIS:

a) Participação na Reunião Latino-Americana e do Caribe sobre Financiamento e Desenvolvimento do Turismo, em Quito, Equador, em novembro/2010, organizado pela Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE);

b) Participação na 16ª Convenção das Partes: Atento às discussões em torno das questões ambientais que envolvem o futuro da Amazônia e do Planeta como um todo, o Banco da Amazônia participou como palestrante da 16ª Convenção das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada em Cancun, México, de 29 de novembro a 10 de dezembro/2010, que reuniu representantes de mais de cento e noventa e quatro países.

5. Rede de Atendimento

O Banco da Amazônia é um agente do Governo Federal, portanto, sua atuação deve seguir as políticas e programas voltados para a região amazônica de maneira que a congregação dos esforços isolados promova o crescimento e desenvolvimento regional e, paralelamente, possibilite aproveitar e/ou criar oportunidades de negócios para a Instituição.

Para tanto, adota o critério de maximização da expansão da cobertura regional, atuando em conjunto com as demais instituições financeiras oficiais, de modo a transferir para a comunidade os benefícios da ampliação do seu atendimento.

A rede de atendimento do Banco prioriza os clientes dos municípios da Amazônia Legal, em particular aqueles do interior dos estados. De acordo com essa política, em 2010, foram inauguradas seis novas agências nos estados do Amazonas (Manaus-Cachoerinha), Pará (Jacundá e Belém-Almirante Barroso), Mato Grosso (Várzea Grande), Tocantins (Palmas-Metropolitana) e Rondônia (distrito de Extrema, Porto Velho), encerrando-se o exercício de 2010 com cento e setenta e quatro pontos de atendimento.



| Total de Unidades de Atendimento | |
|--|-----|
| Agência | 109 |
| Posto de Atendimento Bancário-PAB | 06 |
| Posto Avançado de Atendimento-PAA | 05 |
| Posto de Atendimento Bancário Eletrônico-PAE | 54 |
| Total | 174 |

6. Recursos Humanos

O Banco da Amazônia, consciente da importância do seu capital humano no cumprimento de sua missão, desenvolve, permanentemente, programas de treinamento e capacitação para seus empregados. Os cursos são focados, em especial, para as áreas operacionais e técnicas. Assim, em 2010, foram investidos R\$3,7 milhões, com a participação de 6.483 empregados em 209 ações. Dentre as quais merecem destaque:

- ✓ **Programa de Treinamento em Licitação e Contratos na Administração Pública:** realizado com 58 participantes, na modalidade presencial, com carga horária de vinte horas.
- ✓ **Curso de Qualidade do Crédito - Análise Econômica e Financeira:** Iniciado em 2010, com público-alvo estimado em 2.980 participantes, na modalidade de distância com carga horária total de 52 horas, o treinamento deverá ser concluído no ano de 2011.
- ✓ **Encontro de Gestores:** com o tema "Amazônia: eu faço parte desse movimento", realizado nos dias 15 e 16/12/2010, voltado para gerentes executivos, superintendentes, gerentes gerais de agências e gerentes de PAAs. Com a participação da Diretoria Executiva, o encontro objetivou nivelar informações entre os gestores e estabelecer objetivos, metas e diretrizes para o ano de 2011, assim como fazer o planejamento das ações para alcançar os objetivos propostos.
- ✓ **Palestra de Segurança Bancária - BNBS:** realizada internamente, com 63 participantes, presencialmente, em Belém, com carga horária de 04 horas.
- ✓ **Programa de Seleção e Formação para Altos Executivos - MBA Executivo em Negócios Financeiros,** para trinta empregados aprovados em processo seletivos.
- ✓ **Curso Project Finance:** realizado com o objetivo de preparar o quadro de pessoal do Banco para a plena aderência aos princípios técnicos mais avançados de análise de projetos estruturantes, suprindo, dessa forma, carência de habilidade nessa atividade específica.
- ✓ **Encontro de Gerentes de Relacionamento 2010:** com o objetivo de avaliar os avanços alcançados pelos gerentes de relacionamento, efetuar direcionamento estratégico que norteie esses profissionais ao alcance dos resultados organizacionais propostos, aprofundar a linguagem de vendas no cotidiano de trabalho desse segmento gerencial.

Quanto à estrutura, o Banco encerrou o ano de 2010 com 2.914 empregados e 516 estagiários. Esse quadro foi incrementado com a admissão de 121 empregados, oriundos do concurso público/2009, sendo 70 Técnicos Bancários e 51 Técnicos Científicos, com uma variação positiva de 278,1% em relação ao ano de 2009, quando o total de admissões ficou em 32 empregados (10 Técnicos Bancários e 22 Técnicos Científicos).

7. Gestão de riscos

7.1 Gestão de Risco Operacional

O Banco da Amazônia mantém política corporativa de gestão de risco operacional, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, aderente às melhores práticas recomendadas pelo Comitê de Basileia e Banco Central do Brasil. A Política de Risco Operacional se constitui de um conjunto de diretrizes que tem como objetivo proporcionar adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição. A política de Risco Operacional inclui conceito de risco de descontinuidade.

7.2 Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é parte complementar do processo de gestão de riscos e importante componente da gestão do risco operacional. O Banco da Amazônia dispõe também de Política de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, que estabelece os fundamentos da gestão de continuidade de negócios na Instituição. A gestão está fundamentada em planos para as atividades críticas, que visam à continuidade dos processos de negócios com o objetivo de evitar ou minimizar perdas financeiras tanto para o Banco quanto para seus clientes.

O Relatório da Estrutura de Gestão de Risco Operacional está disponível no endereço www.bancoamazonia.com.br.

8. Investimento Social

Em 2010 foram investidos mais de R\$5,2 milhões em 200 projetos para toda a Região Amazônica, beneficiando diretamente mais de 800 mil pessoas e indiretamente mais de 4,5 milhões. No ano de 2009, esses investimentos somaram R\$4,2 milhões.

As ações de patrocínio são representadas pelos segmentos de exposições e congressos, ações de valorização social, esportiva e cultural. A empresa tem como principal objetivo divulgar ao público interno e à sociedade em geral, ações que espelhem a missão institucional e a diversidade de parceiros do Banco, disseminados por toda a Amazônia Legal.

Dentre os projetos executados em 2010, destaca-se na área cultural: Sábado na Comunidade, do grupo In Bust Teat com Bonecos, que leva acesso à cultura nas comunidades carentes da periferia de Belém e de municípios do Pará; Um Sonho Angelical na Amazônia Maranhense que visa à valorização da cultura e do fortalecimento social, formando 50 crianças e adolescentes no meio musical, cultural e artístico, aproximando a sociedade aos costumes de leitura, canto coral, dança e artes em São Luís/MA; Teatro Mosaico Cia. de Repertório, que realizou uma circulação nacional para apresentações dos espetáculos Romeu e Julieta e Sambalelé, na cidade de Cuiabá/MT, Cáceres/MT, Rio Branco/AC, Palmas/TO e Belém/PA; e o projeto Circuito Família Braga Instrumental, que consiste na circulação do espetáculo musical instrumental, composto pelas bandas Pedra de Fogo e U-Toc, nas cidades de Araguaína/TO, Belém/PA e Palmas/TO.

No âmbito social e ambiental merecem destaque os projetos:

Iluminar - que trabalha com a reinserção social de 480 egressos do sistema penal na cidade de Porto Velho/RO; Riacho Doce, voltado para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos desenvolverem suas competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas para o sucesso na escola e na vida, através de intervenções com o apoio da família e da escola.

- ▶ Educando Para Evitar o Sofrimento - em parceria com a Marinha do Brasil, que atende mulheres dos municípios do Pará, escalpeladas por hélice de motor nos rios da Amazônia.
- ▶ Acessibilidade na Era do Conhecimento que promove a capacitação profissionalizante de deficientes visuais e técnicos da educação especial com curso de informática, comunicação e alfabetização em *braille* nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande/MT, visando a formação de mão-de-obra qualificada e promoção na qualidade de vida dos atendidos e seus familiares.
- ▶ Prêmio Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente 2010, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com apoio da Confederação Nacional da Indústria, do SEBRAE Nacional e patrocínio do Banco da Amazônia; e Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional Edição 2010 - Homenagem a Celso Furtado.

Na área esportiva, foram patrocinados projetos como:

- ▶ All Star Rodas - basquete em cadeira de rodas, ganhador de muitas competições nacionais, que atende 90 pessoas portadoras de necessidades especiais em Belém/PA.
- ▶ Remo Social - desenvolvido pela Liga Náutica Estadual do Amazonas, busca despertar nos jovens adolescentes de ambos os sexos, estudantes da rede pública, moradores de áreas carentes das palafitas dos beiradões da cidade de Manaus/AM, interesse por um esporte sadio como o remo e aos que já estão na idade-limite o ofício de marcenaria naval de canoagem (envernizador, pintor, fibreiro), ensinando-lhes a fabricar os barcos de competição de remo em fibra de vidro e madeira de lei que serão vendidos para todos os clubes de remo do País.

Essas ações refletem o compromisso do Banco no desenvolvimento socioambiental e ambiental, na geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, na melhoria da qualidade de vida e no acesso à inclusão social da população amazônica. Ao apoiar esses projetos, o Banco movimenta a Amazônia e a vida dos beneficiários (diretos e indiretos), revigorando seu desafio de ser o principal agente do Governo Federal para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Campanha Amazônia Solidária 2010

A Campanha Amazônia Solidária 2010 objetivou estimular o espírito solidário e consciência ambiental, através do trabalho voluntário dos colaboradores de todas as unidades do Banco da Amazônia. O público-alvo foram as comunidades de cada localidade onde o Banco atua como agente responsável pelo desenvolvimento socioambiental. Essas comunidades foram beneficiadas com doação de brinquedos novos ou usados em bom estado de conservação, roupas novas e usadas em bom estado de conservação, cestas básicas e alimentos não perecíveis.

Além das doações, foram realizadas ações de intervenções socioambientais em espaços públicos (limpeza e revitalização de praças, praças, rios, vias públicas, passeios e caminhadas ecológicas, etc), em parceria com órgãos públicos e/ou instituições privadas, palestras sobre técnicas de produção, gestão de negócios e microcrédito para agricultores familiares, associações/cooperativas, pequenos empreendedores e comunidades e palestras de Educação Socioambiental na entrega dos doativos.

Revista "Amazônia: Ciência & Desenvolvimento"

A revista "Amazônia: Ciência & Desenvolvimento" foca a pesquisa e a difusão de resultados com possibilidades reais de aplicação no contexto amazônico, contribuindo com as instituições de pesquisa, ensino e extensão para ampliar os ganhos de produtividade e adensamento de arranjos produtivos locais, fundamentais para atingir patamares mais elevados de agregação de valor e progresso na Amazônia.

O Banco da Amazônia tem a convicção de estar cooperando para difusão e socialização de conhecimentos científicos imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Prêmio "Melhores Práticas da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)"

O segundo Prêmio "Melhores Práticas da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)" consagrou o Programa Amazônia Recicla do Banco da Amazônia como primeiro colocado na categoria de Gestão de Resíduos.

AA3P, programa concebido e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), propõe-se a implementar uma gestão ambientalmente saudável das atividades administrativas e operacionais do Estado, adotando tecnologias ecoeficientes e mais limpas, poupando matéria-prima, energia e reciclando seus resíduos.

9. Governança

9.1 Prevenção à lavagem de dinheiro

O Banco da Amazônia na atuação à prevenção e combate aos Crimes de "Lavagem" de dinheiro utiliza-se de uma política institucional que tem como direcionadores, entre outros, a estrutura organizacional, solução tecnológica, normas e procedimentos internos de controle destinados a evitar práticas dos crimes de que trata a Lei 9.613/1998.

De maneira a atender a regulamentação vigente, o Banco tem investido na difusão da cultura de prevenção à lavagem de dinheiro, através de cursos, oficinas e palestras ministradas por renomados profissionais e no segundo semestre de 2010 disponibilizou à Rede de Atendimento e à Matriz a palestra "O papel do COAF no combate ao crime de lavagem de dinheiro", proferida pelo Dr. Antônio Gustavo Rodrigues, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras e pelo Diretor de Inteligência Financeira (COAF) Dr. Antônio Carlos Ferreira de Sousa.

9.2 Circular 3.068/2001 - BACEN

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R\$30,0 milhões, que representam 0,8 % do total de sua carteira de títulos.

9.3 Auditoria independente

O Banco adota políticas internas para atender aos princípios que preservem a independência de seus auditores, de acordo com as normas brasileiras e internacionais. Estas políticas consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em referência à Instrução CVM nº. 381, de 14.01.2003, o Banco da Amazônia informa que a Ernst & Young Terco, Auditoria Independente do Banco, foi contratada em 17 de junho de 2010, através do processo de licitação, tipo "menor preço", modalidade pregão eletrônico 2010/023, para prestar serviços de assessoria na implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Banco da Amazônia. O contrato tem duração de 18 meses.

Conforme escopo dos serviços propostos e com base nas normas de independência profissional da Ernst & Young Terco e dos órgãos reguladores, os serviços a serem prestados pela Ernst & Young Terco não configuram na lista dos serviços não permitidos para clientes de auditoria. Na prestação dos serviços, a Ernst & Young Terco não estará agindo em nome da administração do Banco, não efetuará os cálculos de ajustes, remodelamentos de sistemas contábeis e de controles internos, preparação das demonstrações financeiras e não estará na posição de auditar o seu próprio trabalho. Dessa forma, a Ernst & Young Terco declara que a prestação destes serviços não afeta a sua independência profissional, enquanto auditores independentes do Banco da Amazônia.

9.4 Comitê de Auditoria (COMAUD)

Em atendimento às instruções emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução n. 3.198/2004, o Banco dispõe de um Comitê de Auditoria, como unidade de apoio ao Conselho de Administração, com atribuições e encargos estabelecidos na legislação e regulamentação vigente e no Estatuto Social do Banco.

9.5 Ouvidoria

Ouvidoria do Banco da Amazônia constitui um canal de comunicação entre a Instituição, clientes e usuários de seus produtos e serviços. Seu objetivo é identificar as necessidades do público externo e zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão. Funciona de segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 8 às 18 h.

Durante o exercício de 2010, a Ouvidoria foi demandada oitocentas e oitenta e oito vezes, compreendendo quinhentas e quatro reclamações, vinte e seis solicitações, dezessete elogios, trinta e oito sugestões, trinta e oito denúncias e duzentos e sessenta e cinco pedidos de informação. Todas as manifestações recebidas foram respondidas dentro do prazo estabelecido pela Resolução nº 3.849/2010, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As manifestações podem ser recebidas através do telefone (0800 722 21 71) ou do endereço eletrônico ouvidoria@bancoamazonia.com.br, que pode ser acessado diretamente do site do Banco (www.bancoamazonia.com.br). Podem também ser atendidos atendimentos presenciais ou encaminhadas mensagens via correio para o endereço: Av. Presidente Vargas nº 800 - Bairro: Campina - Belém-PA, CEP nº 66017-000.

Agradecimentos

A confiança de seus acionistas e clientes, aliada ao empenho de seus empregados e colaboradores, tem permitido ao Banco ser um dos grandes responsáveis por movimentar a economia da Amazônia, dentro dos princípios da: ética, excelência, ousadia, criatividade, transparência, rentabilidade, respeito ao ser humano e ao meio ambiente.

A todos que fazem o Banco movimentar a Amazônia, nossos agradecimentos.

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | 31.12.2010 | 31.12.2009 | PASSIVO | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|---|------------------|------------------|--|------------------|------------------|
| Circulante | 3.882.908 | 3.412.530 | Circulante | 5.090.063 | 4.734.453 |
| Disponibilidades | 81.071 | 72.203 | Depósitos | 2.249.988 | 1.949.476 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 945.792 | 889.579 | Depósitos à Vista | 591.548 | 455.256 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 399.995 | 380.110 | Depósitos de Poupança | 468.393 | 349.964 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 586.246 | 568.047 | Depósitos Interfinanceiros | - | 92.335 |
| (Provisões para Perdas) | (40.449) | (58.578) | Depósitos a Prazo | 1.183.613 | 1.044.590 |
| Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | 1.654.854 | 1.268.680 | Outros Depósitos | 6.434 | 7.331 |
| Carteira Própria | 1.475.687 | 956.897 | Captações no Mercado Aberto | 168.059 | 302.078 |
| Vinculados a Compromissos de Recompra | 168.084 | 302.343 | Carteira Própria | 168.059 | 302.078 |
| Vinculados à Prestação de Garantias | 11.083 | 9.440 | Relações Interfinanceiras | 382 | 2.595 |
| Relações Interfinanceiras | 223.310 | 178.301 | Recebimentos e Pagamentos a Liquidar | 382 | 2.595 |
| Pagamentos e Recebimentos a Liquidar | 1.399 | 4.542 | Relações Interdependências | 5.055 | 376 |
| Créditos Vinculados: | 221.911 | 173.759 | Recursos em Trânsito de Terceiros | 5.018 | 375 |
| Depósitos no Banco Central | 221.904 | 173.749 | Transferências Internas de Recursos | 37 | 1 |
| SFH - Sistema Financeiro da Habitação | 7 | 10 | Obrigações por Empréstimo | 69.541 | 153.660 |
| Relações Interdependências | 584 | 1.092 | Empréstimos no País - Instituições Oficiais | - | 7.019 |
| Transferências Internas de Recursos | 584 | 1.092 | Empréstimos no Exterior | 69.541 | 146.641 |
| Operações de Crédito | 724.989 | 748.102 | Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais | 89.730 | 123.498 |
| Operações de Crédito: | 818.622 | 824.121 | TESOURO NACIONAL | 32.122 | 32.350 |
| Setor Público | 20.034 | 16.217 | BNDES | 52.109 | 84.289 |
| Setor Privado | 798.588 | 807.904 | CEF | 56 | 175 |
| (Provisão para Operações de Crédito) | (93.633) | (76.019) | FINAME | 5.443 | 6.684 |
| Outros Créditos | 249.288 | 251.575 | Outras Obrigações | 2.507.308 | 2.202.770 |
| Carteira de Câmbio | 72.678 | 155.308 | Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 803 | 1.027 |
| Rendas a Receber | 57.684 | 29.296 | Carteira de Câmbio | 9.118 | 490 |
| Diversos | 121.575 | 91.790 | Sociais e Estatutárias | 78.834 | 29.470 |
| (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) | (2.649) | (24.819) | Fiscais e Previdenciárias | 48.410 | 61.320 |
| Outros Valores e Bens | 3.020 | 2.998 | Fundos Financeiros e de Desenvolvimento | 1.991.201 | 1.753.160 |
| Outros Valores e Bens | 1.362 | 1.406 | Diversas | 378.942 | 357.303 |
| (Provisões para Desvalorizações) | (213) | (213) | Exigível a Longo Prazo | 1.438.281 | 1.173.973 |
| Despesas Antecipadas | 1.871 | 1.805 | Depósitos | 89.307 | 67.474 |
| Realizável a Longo Prazo | 4.344.122 | 4.148.727 | Depósitos a Prazo | 89.307 | 67.474 |
| Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | 2.629.750 | 2.611.437 | Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais | 350.232 | 233.075 |
| Carteira Própria | 2.628.594 | 2.610.913 | TESOURO NACIONAL | 10.527 | 8.709 |
| Vinculados a Prestação de Garantias | 1.156 | 524 | BNDES | 203.456 | 198.530 |
| Relações Interfinanceiras | 12.570 | 12.570 | CEF | 55 | 108 |
| Créditos Vinculados: | 12.570 | 12.570 | FINAME | 136.194 | 25.728 |
| SFH - Sistema Financeiro da Habitação | 12.570 | 12.570 | Outras Obrigações | 998.742 | 873.424 |
| Operações de Crédito | 984.352 | 780.438 | Fundos Financeiros e de Desenvolvimento | 48.077 | 47.282 |
| Operações de Crédito: | 1.060.744 | 857.145 | Diversas | 950.665 | 826.142 |
| Setor Público | 325.085 | 193.000 | Patrimônio Líquido | 1.933.612 | 1.897.318 |
| Setor Privado | 735.659 | 664.145 | Capital | 1.219.669 | 1.205.234 |
| (Provisão para Operações de Crédito) | (76.392) | (76.707) | De Domiciliados no País | 1.218.826 | 1.204.600 |
| Outros Créditos | 717.337 | 744.282 | De Domiciliados no Exterior | 843 | 634 |
| Rendas a Receber | 10.195 | 61.102 | Reservas de Capital | 2.253 | 16.688 |
| Diversos | 707.147 | 683.185 | Reservas de Reavaliação | 34.595 | 35.843 |
| (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) | (5) | (5) | Reservas de Lucros | 674.203 | 641.909 |
| Outros Valores e Bens | 113 | - | Ajuste ao Valor de Mercado -TVM e Derivativos | 2.892 | (2.356) |
| Despesas Antecipadas | 113 | - | TOTAL DO ATIVO | 8.461.956 | 7.805.744 |
| Permanente | 234.926 | 244.487 | TOTAL DO PASSIVO | 8.461.956 | 7.805.744 |
| Investimentos | 267 | 267 | | | |
| Outros Investimentos | 1.625 | 1.626 | | | |
| (Provisões para Perdas) | (1.358) | (1.359) | | | |
| Imobilizado de Uso | 114.692 | 119.147 | | | |
| Imóveis de Uso | 42.208 | 41.594 | | | |
| Reavaliações de Imóveis de Uso | 53.910 | 54.176 | | | |
| Outras Imobilizações de Uso | 113.393 | 107.393 | | | |
| (Depreciações Acumuladas) | (94.819) | (84.016) | | | |
| Diferido | 5.103 | 9.923 | | | |
| Gastos de Organização e Expansão | 41.187 | 41.187 | | | |
| (Amortização Acumulada) | (36.084) | (31.264) | | | |
| Intangível | 114.864 | 115.150 | | | |
| Outros Ativos Intangíveis | 138.107 | 129.761 | | | |
| (Amortização Acumulada) | (23.243) | (14.611) | | | |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

| | 2º Semestre/2010 | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Receitas da Intermediação Financeira | 452.964 | 820.489 | 711.646 |
| Operações de Crédito | 157.860 | 282.830 | 294.104 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | 290.823 | 514.282 | 410.606 |
| Resultado de Operações de Câmbio | 4.222 | 23.318 | 6.807 |
| Resultado das Aplicações Compulsórias | 59 | 59 | 129 |
| Despesas da Intermediação Financeira | (259.483) | (501.362) | (493.423) |
| Operações de Captação no Mercado | (81.537) | (152.412) | (155.014) |
| Operações de Empréstimos e Repasses | (121.778) | (213.222) | (168.698) |
| Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos | (56.168) | (135.728) | (169.711) |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | 193.481 | 319.127 | 218.223 |
| Outras Receitas / Despesas Operacionais | (72.441) | (123.665) | (191.319) |
| Receitas de Prestação de Serviços | 159.873 | 369.220 | 295.264 |
| Rendas de Tarifas Bancárias | 50.950 | 78.188 | 56.641 |
| Despesas de Pessoal | (155.958) | (313.487) | (271.718) |
| Outras Despesas Administrativas | (117.471) | (207.657) | (171.231) |
| Despesas Tributárias | (28.234) | (59.049) | (48.877) |
| Outras Receitas Operacionais | 177.011 | 335.918 | 308.694 |
| Outras Despesas Operacionais | (158.612) | (326.798) | (360.092) |
| Resultado Operacional | 121.040 | 195.462 | 26.904 |
| Resultado Não Operacional | 773 | 41.014 | 1.705 |
| Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações | 121.813 | 236.476 | 28.609 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (13.724) | (81.874) | (1.273) |
| Provisão para Imposto de Renda | 1.849 | (89.157) | (76.572) |
| Provisão para Contribuição Social | 746 | (42.224) | (46.693) |
| Ativo Fiscal Diferido | (16.319) | 29.507 | 121.992 |
| Participações Estatutárias no Lucro | (12.439) | (12.439) | (1.036) |
| Lucro Líquido | 95.650 | 142.163 | 26.300 |
| Juros sobre Capital Próprio | (110.953) | (110.953) | (27.651) |
| Lucro por Ação - Em Reais | 0,03226 | 0,04795 | 0,00887 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

| | 2º sem/2010 | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| 1. RECEITAS | 785.403 | 1.509.103 | 1.204.239 |
| 1.1. Intermediação Financeira | 452.964 | 820.489 | 711.646 |
| 1.2. Prestações de Serviços | 210.823 | 447.408 | 351.905 |
| 1.3. Provisão para Devedores Duvidosos | (56.168) | (135.728) | (169.711) |
| 1.4. Outras | 177.784 | 376.934 | 310.399 |
| 2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (203.315) | (365.634) | (323.712) |
| 3. INSUMOS ADQUIRIDO DE TERCEIROS | (256.045) | (496.270) | (505.226) |
| 3.1. Materiais, energia e outros | (15.357) | (29.156) | (26.607) |
| 3.2. Serviços de terceiros | (82.075) | (140.315) | (118.527) |
| 3.3. Outras | (158.613) | (326.799) | (360.092) |
| 4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3) | 326.043 | 647.199 | 375.301 |
| 5. Depreciação, amortização e exaustão | (17.403) | (32.973) | (20.781) |
| 6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5) | 308.640 | 614.226 | 354.520 |
| 7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7) | 308.640 | 614.226 | 354.520 |
| 8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 308.640 | 614.226 | 354.520 |
| 8.1 Pessoal | 140.174 | 271.288 | 225.432 |
| 8.1.1 Remuneração direta | 107.854 | 208.871 | 166.880 |
| 8.1.2 Benefícios | 25.077 | 47.712 | 45.808 |
| 8.1.3 FGTS | 7.243 | 14.705 | 12.744 |
| 8.2 Impostos, taxas e contribuições | 70.181 | 195.562 | 97.471 |
| 8.2.1 Federais | 67.634 | 190.539 | 93.008 |
| 8.2.2 Estaduais | 6 | 16 | 18 |
| 8.2.3 Municipais | 2.541 | 5.007 | 4.445 |
| 8.3 Remuneração de capitais de terceiros | 2.635 | 5.213 | 5.317 |
| 8.3.1 Aluguéis | 2.635 | 5.213 | 5.317 |
| 8.4 Remuneração de Capitais Próprios | 95.650 | 142.163 | 26.300 |
| 8.4.1 Juros sobre capital próprio | 110.953 | 110.953 | 27.651 |
| 8.4.3 Lucros retidos do período/exercício | (15.303) | 31.210 | (1.351) |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

| | 2ºsem2010 | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Lucro líquido do período/exercício | 95.650 | 142.163 | 26.300 |
| Depreciações e amortizações | 17.403 | 32.973 | 20.781 |
| Provisão para operações de crédito e outros créditos | 56.168 | 135.728 | 169.711 |
| Ganhos capital | (101) | (405) | (532) |
| Despesas com Perdas Permanentes com TVM | - | 5.283 | - |
| Despesas de provisões para passivos contingentes | 28.458 | 109.726 | 103.819 |
| Despesas de provisões para riscos do FNO | 117.051 | 213.209 | 198.443 |
| Reversão de outras provisões operacionais | (18.243) | (32.319) | (1.219) |
| Lucro líquido ajustado do período/exercício | 296.386 | 606.358 | 517.303 |
| (Aumento) em títulos e valores mobiliários | (58.055) | (109.849) | (25.345) |
| (Aumento)/ redução em outros valores e bens | (84) | (130) | 397 |
| (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez | (11.648) | (94.261) | (271.965) |
| (Aumento)/ redução em relações interfinanceiras e Interdependências | (29.279) | (42.034) | 6.548 |
| (Aumento) em operações de crédito | (146.877) | (310.854) | (30.694) |
| Redução/ (aumento) em outros créditos | 33.064 | 23.962 | (74.775) |
| Aumento em depósitos | 203.355 | 322.345 | 164.948 |
| (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses | (23.813) | (730) | (13.506) |
| (Redução) em captações no mercado aberto | (8.935) | (134.019) | (30.687) |
| Aumento em outras obrigações | 136.648 | 121.111 | 131.985 |
| Reserva de Reavaliação | (164) | (164) | - |
| Caixa líquido gerado (utilizado) das atividades operacionais | 94.212 | (224.623) | (143.094) |
| (Aumento) em títulos disponíveis para venda | (182.337) | (294.674) | (417.306) |
| Inversões em imobilizados de uso | (5.480) | (11.399) | (4.838) |
| Baixas do diferido | - | - | 5 |
| Alienação do imobilizado de uso | 689 | 971 | 5.390 |
| Aplicação do diferido | - | - | (21) |
| Aplicação do intangível | (3.737) | (14.472) | (977) |
| Baixa do intangível | 234 | 1.483 | - |
| Caixa líquido (utilizado) das atividades de investimento | (190.631) | (318.091) | (417.747) |
| Reversão de dividendos do primeiro semestre | 11.188 | - | - |
| Juros sobre capital próprio propostos | (110.953) | (110.953) | (27.651) |
| Caixa líquido (utilizado) das atividades de financiamento | (99.765) | (110.953) | (27.651) |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 100.202 | (47.309) | (71.189) |
| Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa | | | |
| No início do período | 380.864 | 528.375 | 599.56 |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

| EVENTOS | CAPITAL REALIZADO | RESERVAS DE CAPITAL | | | RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS | RESERVAS DE LUCROS | | AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS | LUCROS ACUMULADOS | TOTAL |
|---|-------------------|---------------------|-------------------|--------------|--|--------------------|----------------|--|-------------------|------------------|
| | | AUMENTO DE CAPITAL | ESPECIAL N. 8.200 | OUTRAS | | LEGAL | ESTATUTÁRIA | | | |
| SALDOS EM 30.06.2010 | 1.205.234 | - | 14.435 | 2.253 | 35.276 | 66.574 | 611.227 | 1.164 | - | 1.936.163 |
| 1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS | - | - | - | - | - | - | - | 1.728 | - | 1.728 |
| - Títulos Disponíveis para Venda | - | - | - | - | - | - | - | 1.728 | - | 1.728 |
| 2. OUTROS EVENTOS | - | - | - | - | (681) | - | - | - | 11.705 | 11.024 |
| - Movimentação da Reserva de Reavaliação | - | - | - | - | (1.027) | - | - | - | 863 | (164) |
| Realização da Reserva | - | - | - | - | (863) | - | - | - | 863 | - |
| Baixa por transferência | - | - | - | - | (64) | - | - | - | - | - |
| - Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação | - | - | - | - | 346 | - | - | - | (346) | - |
| Realização da Reserva | - | - | - | - | 346 | - | - | - | (346) | - |
| - Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.188 | 11.188 |
| Reversão de Dividendos do primeiro semestre | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.188 | - |
| 3. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE | - | - | - | - | - | - | - | - | 95.650 | 95.650 |
| 4. DESTINAÇÕES | - | 14.435 | (14.435) | - | - | 4.782 | (8.380) | - | (107.355) | (110.953) |
| - Reservas | - | 14.435 | (14.435) | - | - | 4.782 | (8.380) | - | 3.598 | (110.953) |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SALDO EM 31.12.2010 | 1.205.234 | 14.435 | (14.435) | 2.253 | 34.595 | 71.356 | 602.847 | 2.892 | - | 1.933.612 |
| MUTAÇÕES DO PERÍODO | - | 14.435 | (14.435) | - | (681) | 4.782 | (8.380) | 1.728 | - | (2.551) |
| SALDOS EM 31.12.2009 | 1.205.234 | - | 14.435 | 2.253 | 38.509 | 62.933 | 577.661 | (15.468) | - | 1.885.557 |
| 1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS | - | - | - | - | - | - | - | 13.112 | - | 13.112 |
| - Títulos Disponíveis para Venda | - | - | - | - | - | - | - | 13.112 | - | 13.112 |
| 2. OUTROS EVENTOS | - | - | - | - | (2.666) | - | - | - | 2.666 | - |
| - Movimentação da Reserva de Reavaliação | - | - | - | - | (4.445) | - | - | - | 4.445 | - |
| Realização da Reserva | - | - | - | - | (1.814) | - | - | - | 1.814 | - |
| Baixa da Reserva | - | - | - | - | (2.631) | - | - | - | 2.631 | - |
| - Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação | - | - | - | - | 1.779 | - | - | - | (1.779) | - |
| Realização da Reserva | - | - | - | - | 727 | - | - | - | (727) | - |
| Baixa da Reserva | - | - | - | - | 1.052 | - | - | - | (1.052) | - |
| 3. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | - | - | - | - | - | - | - | - | 26.300 | 26.300 |
| 4. DESTINAÇÕES | - | - | - | - | - | - | - | - | (28.966) | (27.651) |
| - Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.315) | - |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | (27.651) | (27.651) |
| SALDO EM 31.12.2009 | 1.205.234 | - | 14.435 | 2.253 | 35.843 | 64.248 | 577.661 | (2.356) | - | 1.897.318 |
| MUTAÇÕES DO PERÍODO | - | - | - | - | (2.666) | 1.315 | - | 13.112 | - | 11.761 |
| SALDOS EM 31.12.2009 | 1.205.234 | - | 14.435 | 2.253 | 35.843 | 64.248 | 577.661 | (2.356) | - | 1.897.318 |
| 1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS | - | - | - | - | - | - | - | 5.248 | - | 5.248 |
| - Títulos Disponíveis para Venda | - | - | - | - | - | - | - | 5.248 | - | 5.248 |
| 2. OUTROS EVENTOS | - | - | - | - | (1.248) | - | - | - | 1.084 | (164) |
| - Movimentação da Reserva de Reavaliação | - | - | - | - | (1.970) | - | - | - | 1.806 | (164) |
| Realização da Reserva | - | - | - | - | (1.737) | - | - | - | 1.737 | - |
| Baixa da Reserva | - | - | - | - | (69) | - | - | - | 69 | - |
| Baixa da Reserva por Transferência | - | - | - | - | (164) | - | - | - | - | - |
| - Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação | - | - | - | - | 722 | - | - | - | (722) | - |
| Realização da Reserva | - | - | - | - | 695 | - | - | - | (695) | - |
| Baixa da Reserva | - | - | - | - | 27 | - | - | - | (27) | - |
| 3. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | - | - | - | - | - | - | - | - | 142.163 | 142.163 |
| 4. DESTINAÇÕES | - | 14.435 | (14.435) | - | - | 7.108 | 25.186 | - | (143.247) | (110.953) |
| - Reservas | - | 14.435 | (14.435) | - | - | 7.108 | 25.186 | - | (32.294) | - |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | (110.953) | (110.953) |
| SALDO EM 31.12.2010 | 1.205.234 | 14.435 | (14.435) | 2.253 | 34.595 | 71.356 | 602.847 | 2.892 | - | 1.933.612 |
| MUTAÇÕES DO PERÍODO | - | 14.435 | (14.435) | - | (1.248) | 7.108 | 25.186 | 5.248 | - | 36.294 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

| ÍNDICE | | 2010 | 2009 |
|--|-------|------------------|------------------|
| Nota 1 - Contexto Operacional | | | |
| Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras | | | |
| Nota 3 - Principais Práticas Contábeis | | | |
| Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | | | |
| Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários | | | |
| Nota 7 - Carteira de Crédito | | | |
| Nota 8 - Outros Créditos – Diversos | | | |
| Nota 9 - Permanente | | | |
| Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto | | | |
| Nota 11 - Obrigações por Empréstimos | | | |
| Nota 12 - Obrigações por Repasses | | | |
| Nota 13 - Outras Obrigações | | | |
| Nota 14 - Patrimônio Líquido | | | |
| Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social | | | |
| Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado | | | |
| Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) | | | |
| Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) | | | |
| Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) | | | |
| Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) | | | |
| Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM) | | | |
| Nota 22 - Fundos de Investimento Financeiro | | | |
| Nota 23 - Partes Relacionadas | | | |
| Nota 24 - Benefícios a Empregados | | | |
| Nota 25 - Remuneração Paga aos Empregados e Administradores | | | |
| Nota 26 - Processo de Gerenciamento de Riscos | | | |
| Nota 27 - Análise de Sensibilidade | | | |
| Nota 28 - Informações Complementares | | | |
| Nota 29 - Eventos não Recorrentes | | | |
| Nota 30 - Internacional Financial Reporting Standard (IFRS) | | | |
| 1. Contexto Operacional | | | |
| Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, O Banco da Amazônia S.A. (Banco), tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade, abrangendo câmbio e crédito pessoal. É um dos órgãos do Governo Federal para executar suas políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, daí operar e administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota explicativa nº19), sendo, também, responsável pela administração do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota explicativa nº17) e agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota explicativa nº 18). | | | |
| 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras | | | |
| As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). | | | |
| Visando a uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado <i>International Financial Reporting Standard</i> (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. | | | |
| 3. Principais Práticas Contábeis | | | |
| a) As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas de dólar de fechamento das operações. | | | |
| b) O resultado é apurado de acordo com o regime contábil da competência mensal. | | | |
| c) Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. | | | |
| d) Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados <i>pro rata die</i> , de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço; os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar". | | | |
| e) As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. | | | |
| f) Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes, e estão classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002, do Banco Central do Brasil (marcação a mercado). | | | |
| Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos por os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. | | | |
| Os efeitos da marcação a mercado estão registrados da seguinte forma: | | | |
| a) diretamente no resultado, quando o título está classificado para negociação; e | | | |
| b) no patrimônio líquido se classificado em disponível para venda, deduzidos dos efeitos tributários. | | | |
| Os parâmetros utilizados para marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são: cotações pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) para os títulos públicos e debêntures com preços divulgados diariamente por aquela Associação; para os títulos privados: cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios, cédulas de crédito bancário e notas promissórias, utilizam-se o preço calculado pelo fator de risco e liquidez da marcação a mercado; e FIA Resolução CMN nº 550/1979 para os demais títulos que não possuem preços divulgados diariamente pela ANBIMA. | | | |
| Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados e apropriados <i>pro rata die</i> pelo método exponencial, de acordo com as cláusulas de remuneração. | | | |
| Quando da alienação a diferença apurada entre o valor de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e, 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e gastos diferidos e intangíveis. | | | |
| A Reserva de Reavaliação vem sendo realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 3.565/2008. | | | |
| i) É reconhecida uma perda por <i>impairment</i> se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por <i>impairment</i> , quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período. | | | |
| A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por <i>impairment</i> . | | | |
| j) Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis. | | | |
| k) A obrigação do Banco relacionada aos benefícios pós-emprego, compreendendo complementação de aposentadoria e auxílio saúde é atualizado trimestralmente de acordo com a avaliação atuarial realizada por empresa especializada, em conformidade com as regras definidas pela CVM, através da Deliberação nº 600/2009 (nota explicativa nº 24). | | | |
| l) As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo: | | | |
| Imposto de Renda | 15% | | |
| Adicional de Imposto de Renda | 10% | | |
| Contribuição Social sobre o Lucro | 15% | | |
| PIS/PASEP | 0,65% | | |
| COFINS | 4% | | |
| O Banco registra e controla crédito tributário sobre provisões indedutíveis temporariamente, sendo sua baixa realizada de acordo com a legislação fiscal vigente (nota explicativa nº 15.c). | | | |
| m) Na elaboração das demonstrações financeiras do Banco são utilizadas estimativas e estabelecidas premissas que impactam os valores nelas reportados, especialmente quanto às provisões e marcações a mercado. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. | | | |
| n) Para a constituição de provisão de passivos contingentes e, em atendimento à Deliberação CVM nº 594/2009, são adotados métodos estatísticos históricos dos últimos cinco anos. | | | |
| 4. Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Disponibilidades | | | |
| Disponibilidade em moeda nacional | | 81.071 | 72.203 |
| Disponibilidade em moeda estrangeira | | 61.083 | 68.250 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez^(*) | | 19.988 | 3.953 |
| Aplicações no mercado aberto | | 399.995 | 380.110 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | - | 76.062 |
| TOTAL | | 481.066 | 528.375 |
| (*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias. | | | |
| 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | | | |
| Aplicações no mercado aberto | | 2010 | 2009 |
| Letras Financeiras do Tesouro | | 399.995 | 380.110 |
| Letras do Tesouro Nacional | | 239.996 | 185.061 |
| Notas do Tesouro Nacional | | 99.999 | 120.039 |
| Notas do Tesouro Nacional | | 60.000 | 75.010 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 545.797 | 509.469 |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros | | 586.246 | 568.047 |
| Provisão para perdas aplicações dep. Interfinanceiros | | (40.449) | (58.578) |
| TOTAL (no curto prazo) | | 945.792 | 889.579 |
| As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no exercício R\$88.376 (R\$74.798 em 2009). Os certificados de depósitos interfinanceiros emitidos pelo extinto Banco Santos estão totalmente provisionados no montante de R\$40.449. No exercício de 2010, houve a recuperação de partes de CDIs, no montante de R\$18.129, reduzindo o saldo provisionado para R\$40.449 (R\$58.578 em 31.12.2009). | | | |
| 6. Títulos e Valores Mobiliários | | | |
| Carteira própria – livres | | 2010 | 2009 |
| Letras Financeiras do Tesouro | | 4.104.281 | 3.567.810 |
| Letras do Tesouro Nacional | | 2.795.505 | 2.316.336 |
| Notas do Tesouro Nacional | | 42.028 | 27.175 |
| Certificados Financeiros do Tesouro | | 558.708 | 596.602 |
| Debêntures | | 328.514 | 301.069 |
| Cotas de Fundos de Investimento | | 246.646 | 217.925 |
| Cédulas de Crédito Bancário | | 131.510 | 92.687 |
| Notas Promissórias | | - | 4.513 |
| Títulos da Dívida Agrária | | - | 10.193 |
| Outros | | 421 | 502 |
| Vinculados a operações compromissadas | | 949 | 808 |
| Letras Financeiras do Tesouro | | 168.084 | 302.343 |
| Vinculados a prestação de garantias | | 12.239 | 9.964 |
| Letras Financeiras do Tesouro | | 12.239 | 525 |
| Letras do Tesouro Nacional | | - | 9.439 |
| TOTAL | | 4.284.604 | 3.880.117 |
| Saldo de curto prazo | | 1.654.854 | 1.268.680 |
| Saldo de longo prazo | | 2.629.750 | 2.611.437 |
| Classificação dos títulos e valores mobiliários | | | |
| a) Quanto ao vencimento | | | |
| | | | |

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

7. Carteira de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional (CMN) estão compostas da seguinte forma:

| | 2010 | | | 2009 | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Normal | Vencidos | Total | Normal | Vencidos | Total |
| Operações de crédito | | | | | | |
| Empréstimos | 743.070 | 160.291 | 903.361 | 803.447 | 158.611 | 962.058 |
| Títulos descontados | 28.120 | 1.492 | 29.612 | 38.572 | 6.949 | 45.521 |
| Financiamentos | 542.540 | 5.492 | 548.032 | 242.301 | 26.657 | 268.958 |
| Financiamentos rurais | 347.969 | 50.392 | 398.361 | 363.074 | 41.655 | 404.729 |
| Subtotal | 1.661.699 | 217.667 | 1.879.366 | 1.447.394 | 233.872 | 1.681.266 |
| Outros créditos | 67.475 | 3.453 | 70.928 | - | - | - |
| Diversos | 2.232 | 75 | 2.307 | 3.073 | - | 3.073 |
| Subtotal | 2.232 | 75 | 2.307 | 3.073 | - | 3.073 |
| Adiantamento sobre contrato de câmbio | 65.243 | 3.378 | 68.621 | 164.036 | 28.157 | 192.193 |
| TOTAL DA CARTEIRA | 1.729.174 | 221.120 | 1.950.294 | 1.614.503 | 262.029 | 1.876.532 |
| (Provisões) | | | | | | |
| (Operações de crédito) | (15.975) | (154.050) | (170.025) | (20.358) | (132.368) | (152.726) |
| (Outros créditos) | (16) | (2) | (18) | (57) | - | (57) |
| (Câmbio) | (893) | (1.743) | (2.636) | (1.201) | (23.566) | (24.767) |
| TOTAL DAS PROVISÕES | (16.884) | (155.795) | (172.679) | (21.616) | (155.934) | (177.550) |
| TOTAL LÍQUIDO | 1.712.290 | 65.325 | 1.777.615 | 1.592.887 | 106.095 | 1.698.982 |

Estes créditos apresentam o seguinte perfil, classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

| | 0 - 30 | 31 - 90 | 91 - 180 | 181 - 360 | acima de 360 | total da carteira |
|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|
| AA | 19.066 | 33.756 | 24.362 | 36.807 | 210.321 | 324.312 |
| A | 487.502 | 119.537 | 70.599 | 97.165 | 75.260 | 850.063 |
| B | 115.233 | 104.186 | 58.827 | 18.994 | 213.002 | 510.242 |
| C | 2.826 | 1.304 | 4.402 | 9.912 | 3.340 | 21.784 |
| D | 3.079 | 2.607 | 4.262 | 4.864 | 170 | 14.982 |
| E | 245 | 461 | 442 | 885 | 3 | 2.036 |
| F | 330 | 54 | 339 | 949 | 103 | 1.775 |
| G | 202 | 37 | 26 | 73 | - | 338 |
| H | 581 | 1.018 | 1.563 | 433 | 47 | 3.642 |
| TOTAL 2010 | 629.064 | 262.960 | 164.822 | 170.082 | 502.246 | 1.729.174 |
| TOTAL 2009 | 546.915 | 236.910 | 193.318 | 234.157 | 403.203 | 1.614.503 |

Operações vencidas

| | 0 - 30 | 31 - 60 | 61 - 180 | acima de 180 | total da carteira |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|-------------------|
| B | 14.155 | 2.703 | - | - | 16.858 |
| C | 2.098 | 9.960 | 5.689 | - | 17.747 |
| D | 1.499 | 2.357 | 11.712 | - | 15.568 |
| E | 1.229 | 1.475 | 9.090 | 877 | 12.671 |
| F | 210 | 402 | 12.120 | 1.018 | 13.750 |
| G | 161 | 234 | 4.563 | 586 | 5.544 |
| H | 523 | 1.289 | 21.024 | 116.146 | 138.982 |
| TOTAL 2010 | 19.875 | 18.420 | 64.198 | 118.627 | 221.120 |
| TOTAL 2009 | 22.975 | 28.352 | 38.112 | 172.590 | 262.029 |

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos, nos nove níveis de risco, por setores de atividade e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas:

| 2010 | níveis | | | | | | | | | Total |
|-------------------------------|----------------|------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|----------------|------------------|
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | |
| Sector privado | 324.312 | 715.038 | 527.100 | 39.531 | 30.550 | 14.707 | 15.525 | 5.882 | 142.624 | 1.815.269 |
| Rural | 122.433 | 171.745 | 37.969 | 14.634 | 18.056 | 6.847 | 7.837 | 1.946 | 19.334 | 400.801 |
| Indústria | 169.566 | 96.878 | 361.565 | 10.941 | 1.872 | 2.395 | 580 | 312 | 26.837 | 670.946 |
| Comércio | 20.750 | 190.207 | 60.963 | 8.271 | 5.261 | 2.233 | 1.569 | 1.825 | 14.041 | 305.120 |
| Serviços | 3.424 | 131.264 | 55.863 | 1.067 | 3.259 | 1.689 | 4.204 | 808 | 77.383 | 278.961 |
| Pessoas físicas | 8.139 | 124.944 | 10.740 | 4.618 | 2.102 | 1.543 | 1.335 | 991 | 5.029 | 159.441 |
| Sector público | - | 135.025 | - | - | - | - | - | - | - | 135.025 |
| TOTAL DA CARTEIRA | 324.312 | 850.063 | 527.100 | 39.531 | 30.550 | 14.707 | 15.525 | 5.882 | 142.624 | 1.950.294 |
| Percentual requerido | - | 0,5 | 1,0 | 3,0 | 10,0 | 30,0 | 50,0 | 70,0 | 100,0 | - |
| Provisão constituída | - | (4.251) | (5.271) | (1.186) | (3.055) | (4.412) | (7.763) | (4.117) | (142.624) | (172.679) |
| TOTAL DA CARTEIRA 2009 | 144.889 | 1.058.847 | 363.967 | 49.008 | 50.419 | 12.618 | 74.057 | 4.788 | 117.939 | 1.876.532 |
| Provisão constituída | - | (5.294) | (3.640) | (1.470) | (5.042) | (3.785) | (37.028) | (3.352) | (117.939) | (177.550) |

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte demonstração:

| | 2010 | 2009 |
|---|------------------|------------------|
| Saldos no início dos exercícios | (177.550) | (105.605) |
| Provisões constituídas | (138.054) | (169.770) |
| Valores baixados e compensados com créditos | 140.599 | 97.766 |
| Reversões | 2.326 | 59 |
| Saldos no fim dos exercícios | (172.679) | (177.550) |

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controladas em conta de compensação, corresponde a R\$558.883 (R\$464.594 em 2009).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$45.740 (R\$42.883 em 2009).

Concentração dos principais devedores:

| | 2010 | | 2009 | |
|----------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | VALOR | % CARTEIRA | VALOR | % CARTEIRA |
| 10 maiores devedores | 829.122 | 42,51 | 663.801 | 35,4 |
| 50 maiores devedores | 364.061 | 18,67 | 375.466 | 20,0 |
| 100 maiores devedores | 137.323 | 7,04 | 150.844 | 8,0 |
| Demais clientes/emittentes | 619.788 | 31,78 | 886.421 | 36,6 |
| TOTAL | 1.950.294 | 100,0 | 1.876.532 | 100,0 |

8. Outros Créditos - Diversos

| | 2010 | 2009 |
|---|----------------|----------------|
| Crédito tributário (nota explicativa nº 15.c) | 575.963 | 548.027 |
| Títulos e créditos a receber | 200.364 | 183.711 |
| CAPAF ⁽¹⁾ | 135.535 | 134.961 |
| Tecnologia | 62.824 | 25.397 |
| Outros | 2.005 | 23.353 |
| Devedores por compra de valores e bens | 2.307 | 3.073 |
| Devedores por depósitos em garantia | 25.481 | 22.555 |
| Impostos e contribuições a compensar | 26 | 20 |
| Pagamentos a ressarcir | 6.283 | 4.734 |
| Diversos | 18.298 | 12.855 |
| TOTAL | 828.272 | 774.975 |

Saldo de curto prazo **121.575** / Saldo de longo prazo **91.790**
707.147 / **683.185**

(1) De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco reconhece contabilmente na rubrica "outros créditos diversos" o montante de R\$135.535, decorrentes de aportes efetuados a maior para o Plano de Contribuição Definida e que será utilizado no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido.

9. Permanente

| | 2010 | 2009 |
|---|----------------|----------------|
| a) Investimentos | | |
| Incentivos fiscais | 98 | 98 |
| Títulos patrimoniais | 126 | 126 |
| Outros | 43 | 43 |
| TOTAL | 267 | 267 |
| b) Imobilizado de uso | | |
| Móveis e equipamentos em estoque | | |
| Imobilizações em curso | | |
| Imóveis de uso | | |
| Terenos | 3.252 | 3.261 |
| Reavaliações de terrenos | 16.076 | 16.268 |
| Edificações | 38.957 | 38.333 |
| Reavaliações de edificações | 37.834 | 37.908 |
| (-) Depreciação acumulada | (26.095) | (22.910) |
| Instalações, móveis e equipamentos de uso | 12.313 | 13.820 |
| Móveis e equipamentos de uso | 33.849 | 33.058 |
| (-) Depreciação acumulada | (21.536) | (19.238) |
| Outras imobilizações | 20.070 | 19.123 |
| Sistema de comunicação | 1.322 | 1.301 |
| Sistema de processamento de dados | 62.415 | 56.412 |
| Sistema de segurança | 3.155 | 2.953 |
| Sistema de transporte | 366 | 325 |
| (-) Depreciação acumulada | (47.188) | (41.868) |
| TOTAL | 114.692 | 119.147 |
| c) Diferido | | |
| Gastos em imóveis de terceiros | 5.618 | 5.618 |
| SFH - descontos concedidos | 44 | 44 |
| Gastos com projetos logísticos | 14.952 | 14.952 |
| Instalação e adaptação de dependências | 5.538 | 5.538 |
| Reestruturação e modernização sistema operacional | 15.035 | 15.035 |
| (-) Amortização acumulada | (38.084) | (31.264) |
| TOTAL | 5.103 | 9.923 |
| d) Intangível (1) | | |
| Licenças de uso de software | 1.949 | 42.664 |
| Software desenvolvido e em desenvolvimento | 136.158 | 87.097 |
| (-) Amortização acumulada | (23.243) | (14.611) |
| TOTAL | 114.864 | 115.150 |

(1) Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.642/2008.

Em razão da entrada em produção dos sistemas contemplados no Programa de Excelência Tecnológica (PET), ocorrida neste exercício, foi iniciado o processo de amortização dos mesmos.

A Resolução CMN nº 2.669/99 estabeleceu o limite de 50%, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

| | 2010 | 2009 |
|------------------------|---------|---------|
| Limite (50% do PR) | 955.140 | 935.752 |
| Situação | 105.548 | 218.672 |
| Margem | 849.591 | 717.080 |
| Índice de imobilização | 5,5% | 11,7% |

A partir da data-base de junho/2010, de acordo com o comunicado do BACEN nº 19.855/2010, passaram a ser excluídos da base de cálculo para o limite de imobilização, os ativos intangíveis, relativamente aos direitos de prestação de serviços à entidades adquiridos até 31.12.2009, deduzidos de amortizações.

10. Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme os seguintes prazos de exigibilidade:

| | 2010 | | | | | | 2009 | |
|--------------------|----------------|-------------------|----------------|--------------|--------------|------------------|------------------|--|
| | À Vista | A Prazo | Poupança | Dep. Interf. | Outros | Total | Total | |
| Curto Prazo | 591.548 | 1.183.6139 | 468.393 | - | 6.434 | 2.249.988 | 1.949.476 | |
| Sem Vencimento | 591.548 | 425.245 | 468.393 | - | 6.434 | 1.491.620 | 1.237.290 | |
| Até 90 dias | - | 437.864 | - | - | - | 437.864 | 234.699 | |
| De 91 a 360 dias | - | 320.504 | - | - | - | 320.504 | 477.487 | |
| Longo Prazo | - | 89.307 | - | - | - | 89.307 | 67.474 | |
| TOTAL | 591.548 | 1.272.920 | 468.393 | - | 6.434 | 2.339.295 | 2.016.950 | |

b) Os depósitos especiais com remuneração estão distribuídos da seguinte forma:

| | 2010 | 2009 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| FAT | 31.222 | 27.954 |
| FDA | - | 178 |
| FRAP | 139 | 190 |
| FIDER | 162 | 226 |
| FINAM | 6.779 | 14.627 |
| Dep. Especiais Remunerados - SUDAM | 391.976 | 383.704 |
| TOTAL | 430.278 | 426.879 |

c) As Captações no Mercado Aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizam R\$168.059 (R\$302.078 em 2009) e foram negociadas à taxa média anualizada de 10,7% a.a. Estão garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações negociadas no curto prazo. As despesas de captação geradas com essas operações totalizaram no exercício o montante de R\$16.783 (R\$23.561 em 2009).

d) Despesas de captação no mercado:

| | 2010 | 2009 |
|---|----------------|----------------|
| Despesas de Captação com Depósitos | 135.629 | 131.453 |
| Depósitos a prazo | 59.796 | 56.341 |
| Depósitos de poupança | 25.507 | 20.144 |
| Depósitos especiais | 40.490 | 38.037 |
| Depósitos interfinanceiros | 5.840 | 13.289 |
| Demais captações | 3.996 | 3.642 |
| Despesas de Captação no Mercado Aberto | 16.783 | 23.561 |
| Carteira própria | 16.783 | 23.561 |
| TOTAL | 152.412 | 155.014 |

11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no país, captados junto ao BACEN para financiamentos à exportação foram totalmente liquidados. Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no exercício é de R\$69.541 (R\$146.641 em 2009), referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões constituídas

Neste exercício foram apurados lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão. A demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício está assim resumida:

| | 2010 | | 2009 | |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Lucro antes da tributação e participações | 236.476 | 236.476 | 28.609 | 28.609 |
| Participações Estatutárias | (12.439) | (12.439) | (1.036) | (1.036) |
| Juros sobre Capital Próprio | (110.953) | (110.953) | (27.651) | (27.651) |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | 113.084 | 113.084 | (78) | (78) |
| Adições líquidas de caráter permanente | 22.780 | 22.780 | 24.231 | 24.231 |
| Adições líquidas de caráter temporário | 147.278 | 147.278 | 291.372 | 291.372 |
| Lucro tributável antes das compensações | 283.142 | 283.142 | 315.525 | 315.525 |
| Aliquotas | 15% | 15% | 15% | 15% |
| Valores devidos pela alíquota normal | 42.471 | 42.471 | 47.329 | 47.329 |
| Adicional de Imposto de Renda (10%) | 28.290 | - | 31.528 | - |
| Incentivos | (1.192) | - | (1.226) | - |
| Valores devidos | 69.569 | 42.471 | 77.631 | 47.329 |
| Valores registrados em resultado antes da ativação | 69.157 | 42.224 | 76.572 | 46.694 |
| Crédito Tributário sobre diferenças temporárias | (18.442) | (11.065) | (76.245) | (45.747) |
| Valores efetivamente registrados no resultado | 50.715 | 31.159 | 327 | 947 |
| % da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL | 44,8 | 27,5 | - | - |

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 2010 | 2009 |
|---|---------|---------|
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos s/ diferenças temporárias | 575.963 | 548.027 |

O Banco registra, como Ativo Fiscal Diferido, Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995.

Para avaliação e utilização desses créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 3.355, de 31 de março de 2006, pela Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002 e Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Estes ativos apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

| | Saldo em 2009 | Constituição | Realização | Saldo em 2010 |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| Imposto de Renda | | | | |
| Provisão para Risco de Crédito | 800.026 | 355.373 | (297.977) | 857.422 |
| Auxílio pós-emprego | 409.412 | 21.575 | (16.333) | 414.654 |
| Outras Provisões | 159.340 | 51.033 | (39.903) | 170.470 |
| Base de Cálculo | 1.368.778 | 427.981 | (354.213) | 1.442.546 |
| Imposto de Renda Diferido (25%) | 342.194 | | | 360.636 |
| Contribuição Social | | | | |
| Provisão para Risco de Crédito | 800.026 | 355.373 | (297.977) | 857.422 |
| Auxílio pós-emprego | 409.412 | 21.575 | (16.333) | 414.654 |
| Outras Provisões | 152.308 | 51.033 | (39.903) | 163.438 |
| Base de Cálculo | 1.361.746 | 427.981 | (354.213) | 1.435.514 |
| Contribuição Social Diferida (15%) | 204.262 | | | 215.327 |
| Créd.Trib. s/MTM-Disp.p/venda | 1.571 | - | - | - |
| TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO | 548.027 | | | 575.963 |
| Participação dos créditos tributários no Patrimônio de Referência | 29,3% | - | - | 30,2% |
| Participação dos créditos tributários no Ativo Total | 7,0% | - | - | 6,8% |

Conforme dispõem a Comissão de Valores Mobiliários e o Conselho Monetário Nacional, estes ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção dos mesmos, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que comporte os valores registrados.

Para manutenção do crédito tributário foi revisado e apreciado pelos Conselhos de Administração e Fiscal o Estudo Técnico de viabilidade, na forma da Circular nº 3.171/2002, do BACEN.

c) Previsão de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2010, apresenta-se da seguinte forma:

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | APOÓS 2015 | TOTAL |
|---|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| CRÉDITOS DE IMPOSTO DE RENDA | | | | | | | |
| Crédito Tributário de Imposto de Renda | 72.870 | 35.990 | 42.813 | 32.620 | 31.383 | 144.960 | 360.636 |
| Crédito Tributário de Contribuição Social | 43.722 | 21.594 | 25.688 | 19.572 | 18.830 | 85.921 | 215.327 |
| TOTAL DOS CRÉDITOS | 116.592 | 57.584 | 68.501 | 52.192 | 50.213 | 230.881 | 575.963 |
| Taxa média de captação ao ano (%) | 11,89 | 10,70 | 10,00 | 9,74 | 9,15 | - | - |
| VALOR PRESENTE DESTES ATIVOS | 104.202 | 46.490 | 50.277 | 34.907 | 30.768 | - | - |

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

d) Créditos tributários não ativados

O Banco possui créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$45.041, em 31 de dezembro de 2010 (R\$32.215, em 2009). Esses créditos não foram ativados em razão da perspectiva de realização dos mesmos ultrapassarem os dez anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado

a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

| | 2010 | 2009 |
|--|----------------|----------------|
| Rendas de administração de fundos e programas | 349.529 | 273.794 |
| Rendas de administração do FNO | 285.349 | 264.575 |
| Rendas de administração do FINAM | 55.819 | 3.919 |
| Rendas de administração do FDA | 4.280 | 2.230 |
| Demais rendas | 4.081 | 3.070 |
| Rendas de tarifas bancárias | 78.188 | 56.641 |
| Pessoa física | 22.784 | 21.042 |
| Pessoa jurídica | 55.404 | 35.599 |
| Rendas de outros serviços | 19.691 | 21.470 |
| Tarifas de operações de crédito | 1.635 | 6.721 |
| Demais rendas | 18.056 | 14.749 |
| TOTAL | 447.408 | 351.905 |

b) Despesas de pessoal

| | 2010 | 2009 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Honorários | 3.315 | 2.590 |
| Benefícios | 38.329 | 36.785 |
| Encargos sociais | 78.727 | 69.089 |
| Proventos | 185.292 | 156.904 |
| Treinamento | 3.609 | 2.740 |
| Remuneração de estagiários | 4.215 | 3.610 |
| TOTAL | 313.487 | 271.718 |

c) Outras despesas administrativas

| | 2010 | 2009 |
|--|----------------|----------------|
| Água, energia e gás | 7.805 | 7.538 |
| Aluguéis | 5.213 | 5.317 |
| Processamento de dados | 33.840 | 24.844 |
| Despesas de comunicações | 29.991 | 31.868 |
| Manutenção e conservação de bens | 10.689 | 7.500 |
| Despesas de material | 3.729 | 4.740 |
| Serviços de terceiros | 9.594 | 6.363 |
| Vigilância e segurança | 11.554 | 10.355 |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | 17.288 | 17.050 |
| Despesas de promoções e relações públicas | 7.993 | 5.898 |
| Despesas de propaganda e publicidade | 9.407 | 5.931 |
| Despesas de serviços técnicos especializados | 7.979 | 6.169 |
| Despesa de transporte | 6.876 | 6.186 |
| Despesas de viagens | 6.152 | 4.900 |
| Despesas de depreciação | 14.561 | 14.668 |
| Despesas de amortização | 18.412 | 6.113 |
| Demais despesas administrativas | 6.574 | 5.791 |
| TOTAL | 207.657 | 171.231 |

d) Despesas tributárias

| | 2010 | 2009 |
|-----------------|---------------|---------------|
| ISS | 3.996 | 3.529 |
| COFINS | 45.852 | 37.309 |
| PIS/PASEP | 7.451 | 6.063 |
| Demais tributos | 1.750 | 1.976 |
| TOTAL | 59.049 | 48.877 |

e) Outras receitas e despesas operacionais

| | 2010 | 2009 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Outras receitas operacionais | | |
| Del credere – FNO | 238.473 | 203.566 |
| Demais rendas operacionais | 97.445 | 105.128 |
| Recuperações de operações do FNO | 32.966 | 26.586 |
| Receita de variação de taxas do FMM | 7.794 | 8.252 |
| Receita de variação de taxa de câmbio | 8.260 | 59.894 |
| Recuperação de encargos e despesas | 25.316 | 1.946 |
| Imposto de renda | 8.755 | - |
| Rendas sobre depósito compulsório | 4.317 | 3.123 |
| Demais receitas | 10.037 | 5.327 |
| TOTAL | 335.918 | 308.694 |

Outras despesas operacionais

| | 2010 | 2009 |
|--|----------------|----------------|
| Despesas de provisão – FNO | 213.209 | 198.443 |
| Atualização de benefícios pós-emprego | 58.530 | 47.230 |
| Despesas de fundos de investimento | 3.937 | 6.880 |
| Despesas de variação de taxa de câmbio | 15.276 | 46.388 |
| Passivos judiciais e legais | 8.291 | 14.285 |
| Cessão de crédito - Lei nº 9.138/1995 | 5.247 | 12.961 |
| Projeto excelência tecnológica | 5.225 | 10.449 |
| Demais despesas operacionais | 17.083 | 23.456 |
| TOTAL | 326.798 | 360.092 |

f) Recuperação de Encargos e Despesas

Foi levantado, a favor do Banco, o montante de R\$16.349, decorrente de devolução de penhoras de processos trabalhistas, tendo como objeto ação de planos econômicos;

g) Resultado Não Operacional

No exercício, foi contabilizado na rubrica de Outras Rendas não Operacionais o montante de R\$38.505, referente à responsabilidade pecuniária parcial da empresa contratada para gerenciar e implantar o Projeto de Modernização Tecnológica (PET) do Banco, conforme apurado no processo de mediação referente aos atrasos verificados na execução do objeto do contrato assinado em 2004.

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), criado pelo Decreto Lei nº 1.376/74 é um benefício fiscal concedido pelo governo federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos (DGI). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da Região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. As regras desse Decreto-Lei foram alteradas ao longo do tempo e, atualmente, estão vigentes as novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais, estabelecidas na Lei nº 8.167/91 e regulamentada pelo Decreto nº 101/91 e alterações posteriores.

Com a edição da Portaria Interministerial de nº 158, de 30 de julho de 2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, ficou estabelecida a remuneração devida ao Banco operador pela administração dos Fundos de Investimentos Regionais de 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo.

No exercício de 2010, não houve repasse desse recurso por parte do Tesouro Nacional. Com o ingresso de outras fontes de recursos como: amortização de debêntures e venda direta de ações, ocorreu amortização de R\$84.695 do valor que se encontrava registrado no ativo (Rendas a Receber), referente à Taxa de Administração devida pelo FINAM. Permanece registrado nessa rubrica de Rendas a Receber o montante de R\$32.221 (R\$61.097 em 2009).

A liquidação total do principal da taxa devida pelo FINAM ao Banco e o seu fluxo de caixa previsto ser confortável, permitiram o registro da atualização monetária dessa taxa, do período de 31.10.2007 até 30.06.2010 e que vinha sendo controlado, no Banco, em conta de compensação.

Esse registro foi a débito de Rendas a Receber e a crédito de Rendas de Prestação de Serviço no montante de R\$49.830.

No exercício foi reconhecido como Receita de Prestação de Serviço o valor de R\$55.819 contemplando a atualização monetária citada no parágrafo anterior (R\$3.919 em 2009).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), alterada pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de investimentos em infra-estrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas. Através do Decreto nº 4.254/2002, foi aprovado o regulamento desse Fundo, tendo como agente operador as instituições financeiras federais.

No exercício, foi liberado R\$214.002 (R\$111.500 em 2009), tendo o Banco recebido de taxa de administração o montante de R\$4.280 (R\$2.230 em 2009). Em 31 de dezembro de 2010, o Banco tem registrado, em Passivos Contingentes a título de provisão para fazer face ao risco de 2,5%, o montante de R\$137 (R\$67 em 2009).

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

| | 2010 | 2009 |
|---|-----------|-----------|
| Taxa de administração ⁽¹⁾ | 285.349 | 264.575 |
| Del-credere ⁽²⁾ | 238.473 | 203.566 |
| Recuperação de operações ⁽³⁾ | 32.966 | 26.586 |
| Remuneração do disponível ⁽⁴⁾ | (165.005) | (146.727) |
| Disp. provisão (risco compartilhado) ⁽⁵⁾ | (213.209) | (198.443) |

- Taxa de administração de 0,25% a.m. incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência, de acordo com a metodologia definida pelo Decreto nº 5.641, de 26 de dezembro de 2005 e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do PRONAF, na forma das Resoluções BACEN nº 2.766/2000 e 3.233/2004;
- Del-credere de 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferiu del-credere, por estar isento de risco;
- Receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, sendo R\$28.365 referente a operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005;
- Remunerado à taxa extra-mercado e registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento"; e
- Calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999. Essa provisão está registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$526.651 (R\$444.953 em 2009).

No exercício, o Banco procedeu a baixa de R\$131.513 (R\$80.477 em 2009) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias. Este procedimento está de acordo com o determinado pelos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda, ditado através da Portaria Interministerial nº 11/2005.

As recuperações de operações de crédito na forma de renegociação, por normativos legais e administrativos, importaram em R\$20.884 (R\$20.676 em 2009).

Nas aplicações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), realizadas com recursos do FNO, foram identificadas ilicitudes perpetradas por iniciativa de terceiros em algumas operações, fato que originou a instauração de processo por parte da auditoria interna e a revisão e aperfeiçoamento de processos de controles internos existentes no Banco. A extensão dos danos ainda está em fase de mensuração, porém, em análise preliminar, os impactos não serão relevantes nem para o Banco e nem para o Fundo.

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Como operador do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Banco mantém esses recursos registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", sendo remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média SELIC; quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, nº 439/2005 e nº 489/2006, foram efetuados reembolsos, no exercício, no montante de R\$7.436 (R\$8.578 em 2009), conforme demonstrado a seguir:

| | 2010 | | 2009 | |
|--------------|------|--------------|---------------|--------------|
| | Taxa | Reembolsos | Saldos | Reembolsos |
| Aplicado | TJLP | 1.552 | 28.809 | 1.418 |
| Disponível | TMS | 271 | 2.413 | 319 |
| Principal | - | 5.755 | - | 6.841 |
| TOTAL | | 7.578 | 31.222 | 8.578 |

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

| | 2010 | | 2009 | |
|-------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | Valores | % | Valores | % |
| Até 30 dias | 3.543 | 11,4 | 3.157 | 11,3 |
| De 31 a 90 dias | 1.235 | 4,0 | 1.033 | 3,7 |
| De 91 a 180 dias | 1.734 | 5,5 | 1.550 | 5,6 |
| De 181 a 360 dias | 3.315 | 10,6 | 2.583 | 9,2 |
| Mais de 1 ano | 21.395 | 68,5 | 19.631 | 70,2 |
| TOTAL | 31.222 | 100,0 | 27.954 | 100,0 |

2

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

| I – Financeiras | CAPAF Plano BD | | CAPAF Plano Misto | | Assistidos pelo Banco | | Auxílio Saúde | |
|---|----------------|-------|-------------------|-------|-----------------------|------|---------------|-------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Taxa de juros de desoneto atuarial | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% |
| Projeção de aumentos salariais médios | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | - | - | 12,0% | 12,0% |
| Projeção de aumentos dos benefícios médios | 5,5% | 5,5% | 5,0% | 5,0% | 0,5% | 0,5% | - | - |
| Projeção aumentos dos limites e benefícios INSS | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | - | - | - | - |
| Taxa de inflação média | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% |
| Expectativa de retorno dos ativos do plano | 11,3% | 11,3% | 11,3% | 11,3% | 5,0% | 5,0% | - | - |
| Projeção de aumento real dos custos de saúde | - | - | - | - | - | - | 2,2% | 2,2% |

| II – Demográficas | CAPAF Plano BD | | CAPAF Plano Misto | | Assistidos pelo Banco | | Auxílio Saúde | |
|---|----------------|---------------|-------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Taxa de rotatividade | Nula | Nula | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | N/A | N/A |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos | AT-83M | AT-83M | AT 1983 | AT 1983 | AT-83M | AT-83M | AT-83M | AT-83M |
| Tábua mortalidade/sobrevivência aposentados | AT-83M | AT-83M | AT 1983 | AT 1983 | AT-83M | AT-83M | AT-83M | AT-83M |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos | EX-IAPC | EX-IAPC | EX-IAPC | EX-IAPC | EX-IAPC | EX-IAPC | EX-IAPC | EX-IAPC |
| Tábua de entrada em invalidez | TASA 27 | TASA 27 | 1927 | 1927 | TASA 1927 | TASA 1927 | TASA 27 | TASA 27 |
| Taxa de morbidez | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |

a.5) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

| | CAPAF Plano BD | | CAPAF Plano Misto | |
|---|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Valor presente obrigação atuarial no início do exercício | (553.305) | (504.522) | (143.628) | (119.215) |
| Custo do serviço corrente | (8.917) | (10.405) | (57) | (139) |
| Custo de juros | (59.531) | (54.348) | (15.719) | (14.339) |
| Perdas (Ganhos) atuariais | 3.143 | (11.443) | 6.979 | (25.884) |
| Benefícios pagos pelo plano | 16.734 | 27.413 | 5.387 | 15.949 |
| Valor presente obrigação no final do exercício | (601.876) | (553.305) | (147.038) | (143.628) |
| Valor justo dos Ativos Plano no início exercício | (157.048) | - | 115.350 | 81.542 |
| Retorno esperado dos ativos | (59) | (275) | - | 9.398 |
| Ganhos / (Perdas) Atuariais | (13.932) | 21.012 | (33.205) | 34.364 |
| Concessão de benefícios (transf. Patrim.CD) | - | - | - | 5.701 |
| Contribuições (empregador/participantes) | 5.796 | 6.676 | 221 | 293 |
| Benefícios Pagos pelo Plano | (16.734) | (27.413) | (5.387) | (15.949) |
| Valor justo dos Ativos Plano no final exercício | (181.977) | - | 89.031 | 115.350 |
| Total valor presente obrigação final do exercício | (783.853) | (553.305) | (147.038) | (143.628) |
| Com cobertura | - | - | (89.031) | (115.350) |
| Sem cobertura | (783.853) | (553.305) | (58.007) | (28.278) |
| Valor presente obrigação atuarial sem cobertura | 783.853 | 553.305 | 58.007 | 28.278 |
| Montante não reconhecido como ativo/passivo | - | - | (29.003) | (14.139) |
| Montante não reconhecido como ativo (passivo) – 39,8% do excesso | (391.927) | (553.305) | - | - |
| (Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos | (18.842) | (136.284) | 18.300 | 26.766 |
| (Passivo)/Ativo atuarial líquido reconhecido ao final do exercício | 373.084 | (689.589) | 47.304 | 40.905 |

| | Assistidos pelo Banco | | Auxílio-Saúde | |
|---|-----------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Valor presente obrigação atuarial no início do exercício | (68.607) | (67.648) | (125.157) | (103.297) |
| Custo do serviço corrente | - | (6.892) | (1.833) | (2.101) |
| Custo de juros | (7.388) | - | (13.046) | (12.414) |
| Perdas (Ganhos) atuariais | (8.094) | (3.977) | 15.334 | (12.680) |
| Benefícios pagos pelo plano | 9.848 | 9.910 | 5.921 | 5.335 |
| Valor presente obrigação no final do exercício (sem cobertura) | (74.241) | (68.607) | (118.781) | (125.157) |

| | Assistidos pelo Banco | | Auxílio-Saúde | |
|---|-----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Valor presente obrigação atuarial no início do exercício | (68.607) | (67.648) | (125.157) | (103.297) |
| Custo do serviço passado não reconhecido | - | - | (9.077) | (9.655) |
| (Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos | (12.409) | (9.929) | (22.205) | (38.756) |
| (Passivo)/Ativo atuarial líquido reconhecido ao final do exercício | 61.832 | 58.678 | 87.499 | 76.746 |

a.6) Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no Balanço

| | CAPAF Plano BD | | CAPAF Plano Misto | |
|---|------------------|------------------|-------------------|-----------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| (Passivo) / Ativo reconhecido no início do exercício | (344.795) | (664.948) | (55.044) | (50.524) |
| Pagamentos para plano líquido administração | 5.045 | 4.620 | 62 | 139 |
| Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida) | (33.334) | (29.261) | 7.678 | (4.659) |
| (Passivo) / Ativo reconhecido no final do exercício | (373.084) | (689.589) | (47.304) | (55.044) |

| | Assistidos pelo Banco | | Auxílio-Saúde | |
|---|-----------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| (Passivo) / Ativo reconhecido no início do exercício | (58.678) | (50.363) | (76.746) | (65.771) |
| Pagamentos para plano líquido administração | 9.848 | 9.910 | 5.921 | 5.335 |
| Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida) | (13.002) | (18.225) | (16.674) | (16.310) |
| (Passivo) / Ativo reconhecido no final do exercício | (61.832) | (58.678) | (87.499) | 76.746 |

As contribuições normais do Banco como patrocinador-instituidor da CAPAF, totalizaram, no exercício, R\$9.382 (R\$9.023 em 2009), sendo R\$4.907 referente ao Plano de Benefícios Definidos e R\$4.475 ao Plano Misto de Benefícios. O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981, sendo pago, no exercício, o montante de R\$10.444 (R\$9.939 em 2009).

Planos para saneamento do déficit da CAPAF

O Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) – Diretoria de Análise Técnica, por meio das Portarias nºs 585/586/587/588 e 589, de 05 de agosto de 2010, publicadas no Diário Oficial da União, do dia 06 de agosto de 2010, autorizou o seguinte:

- A aplicação dos Regulamentos dos planos:
 - 1º - Plano de Benefícios Previdenciários PREV AMAZÔNIA;
 - 2º - Plano Misto de Benefício Saldado; e
 - 3º - Plano de Benefício Saldado.
- Alteração dos regulamentos dos Planos:
 - 1º - Plano de Benefício Definido; e
 - 2º - Plano Misto de Benefícios.

A implantação dos Planos deverá ocorrer no prazo de 180 dias a contar da publicação no DOU. A responsabilidade do Banco como patrocinador da CAPAF é de, no máximo, 72,84% da solução para o saneamento da Caixa de Previdência, cujo montante, com dados de 28 de fevereiro de 2010, é de R\$1.207.744.

O reconhecimento dessa responsabilidade, por parte do Banco, está vinculado a adesão de 95% dos participantes ativos/aposentados e pensionistas. Em 15 de fevereiro de 2011, foram publicadas, no Diário Oficial da União, as Portarias nºs 74 a 76, todas do Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) – Diretoria de Análise Técnica, prorrogando por mais 120 (cento e vinte) dias para a implantação dos referidos planos.

Auxílio saúde

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente.

De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano. Desde o registro inicial da obrigação, em dezembro de 2001, vinha sendo computada na base de cálculo dos participantes ativos, somente os empregados vinculados à CAPAF. Em 2008, ao serem revisadas as premissas do benefício, foi dada nova interpretação ao art.2º § 1º do regulamento, aonde se define como aposentado aquele que tiver seu contrato de trabalho extinto/rescindido com o Banco, por aposentadoria. No cálculo atuarial referente ao auxílio-saúde na data base 31 de dezembro 2010, foi considerada a hipótese financeira e econômica de crescimento real desse benefício em um percentual de 2,2% a.a.

A título de auxílio-saúde o Banco pagou o montante de R\$5.889 (R\$5.680 em 2009). O saldo da provisão referente a essas obrigações é a seguinte:

| | 2010 | 2009 |
|---|----------------|----------------|
| Auxílio-saúde (nota explicativa nº 13.b) | 87.499 | 76.746 |
| Aposentados de responsab. do Banco (nota explicativa nº 13.b) | 61.832 | 58.678 |
| TOTAL | 149.331 | 135.424 |

A despesa reconhecida no exercício em decorrência dos cálculos atuariais em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009 dos benefícios acima especificados está assim distribuída:

| | 2010 | 2009 |
|--|---------------|---------------|
| Auxílio-saúde | 16.642 | 16.655 |
| Aposentados de responsabilidade do Banco | 13.598 | 18.255 |
| TOTAL | 30.240 | 34.910 |

25. Remuneração Paga aos Empregados e Administradores

a) Remuneração dos empregados

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus empregados é de R\$4.121,88 (R\$3.726,41 em 2009). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados corresponde a (em R\$ unitários):

| Empregados | 2010 | | 2009 | |
|--|-----------|----------|-----------|----------|
| | Maior | Menor | Maior | Menor |
| Vencimento básico | 14.884,97 | 1.249,94 | 13.846,49 | 1.128,68 |
| Adicional por tempo de serviço | 2.653,06 | 879,45 | 2.390,14 | 792,29 |
| Adicional de função comissionada | 680,34 | - | 632,88 | - |
| Gratificação especial mensal | 3.071,86 | - | 2.857,54 | - |
| Complem. pessoal temp. adicional de função | 2.135,09 | 312,48 | 1.960,19 | 282,17 |
| Acordo de trabalho | 6.344,62 | - | 6.005,74 | - |
| | - | 58,01 | - | 54,22 |

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

Os honorários atribuídos, no exercício, aos Administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

| | 2010 | | 2009 | |
|---------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| | Maior | Menor | Maior | Menor |
| Remuneração/Benefícios ⁽¹⁾ | 3.017 | 2.264 | 2.691 | 2.096 |
| Administradores | 185 | 168 | 141 | 146 |
| Conselho de Administração | 181 | 146 | 181 | 146 |
| Conselho Fiscal | 181 | 146 | 181 | 146 |
| Participações no Lucro ⁽²⁾ | 3.198 | 2.410 | 3.198 | 2.410 |

- Os benefícios incluem o auxílio moradia e ticket/cesta alimentação pagos aos administradores;
- O pagamento realizado a título de PLR no período de 2010, diz respeito aos resultados apurados no período de 2009.

26. Processo de Gerenciamento de Riscos

A Gestão de Riscos no âmbito do Banco da Amazônia S.A, tem como objetivo premar os riscos existentes em todas as atividades do Banco, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para os seus objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

A gestão de risco está distribuída em:

Risco de Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez no Banco da Amazônia é regida pela Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A Política estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa (afertado dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos) da Instituição realizado pela Gerência de Riscos.

Apesar de não obrigatória, a Administração do Banco já adotou medidas, inclusive com a contratação de consultoria especializada, para possibilitar a implementação das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Nesse cenário, a análise do fluxo projetado demonstra que o Banco não apresenta problema de liquidez, uma vez que o volume de recursos disponível mitiga o impacto da inadimplência atual, a qual poderá ser mais bem administrada com a melhora nos processos de controle na concessão, acompanhamento e recuperação de crédito.

Gestão do Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada na Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer, estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com prestantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

O Banco adotou as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basileia II e da Resolução 3.721/2009:

- Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco da Amazônia, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A aquisição inclui implantação, instalação, parametrização, integração, personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do Sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do Sistema. A solução está em fase de desenvolvimento no Banco, com previsão para efetiva utilização da solução com as diretrizes e necessidades do Banco até junho/2011.
- Contratação de empresa especializada em Modelagem e Remodelagem de Risco de Crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito. Os trabalhos já foram iniciados e encontram-se em fase de levantamento e análise estatística dos dados.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornará ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito institucional e fortalecerá a respectiva aderência às políticas institucionais e às exigências do acordo de Basileia II e da Resolução 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e remodelagem periódicas.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a insuficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito.

Gestão de Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e controle deste risco de mercado no Banco da Amazônia é regido pela Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, e a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354/2007.

O modelo interno de Value at Risk (VaR) que representa o valor máximo de potencial de perda que fica exposta a Instituição, em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco em complementação ao modelo de alocação de capital proposto pelo Banco Central.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 72% do valor de mercado (MtM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$3.441.657 em 31.12.2010, o que representa um percentual de 0,11% do valor de mercado do total da carteira.

27. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com o Novo Acordo de Capitais – Basileia II.

Dessa forma, conforme está definido na Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Executiva e chancelada pela Alta Administração, análises de sensibilidade (testes de estresse) são realizadas rotineiramente com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

| Exposições Financeiras | | Dezembro/2010 – R\$ mil | | |
|------------------------|--|-------------------------|---------|---------|
| Fatores de Risco | Definição | Cenários | | |
| | | 1 | 2 | 3 |
| Prefixado | Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais | (2) | 6.642 | 12.905 |
| Índice de preços | Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços | 3.438 | 26.933 | 51.532 |
| Cupom cambial | Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira | 5 | (2.616) | (5.154) |
| Outros | Exposições que não se enquadram nas definições anteriores | - | - | - |
| Totais | | 3.441 | 30.959 | 59.283 |

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- Cenário 1: Consiste no cenário provável para os fatores de risco e tem como base as informações de mercado (BM&FBovespa, Ambima, etc), tais como a curva de taxa de juros futuros. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$1,66 e a taxa de juros de 1 ano foi de 10,75%a.a.
- Cenário 2: Foram realizados choques paralelos de 25% com base no mercado de 31.12.2010 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,07, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 13,43%a.a, com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER CA Nº 2011/001

De acordo com o disposto no art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião extraordinária realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do Banco, referentes ao segundo semestre e exercício de 2010, e, com base no parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se favorável à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Sociedade.

Belém (PA), 28 de fevereiro de 2011

CONSELHO FISCAL
PARECER CF Nº 2011/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2010

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Com base no Parecer da Auditoria Independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes, de 28 de fevereiro de 2011, e nos exames efetuados, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o desempenho da Administração e a posição patrimonial e financeira da Instituição, em 31 de dezembro de 2010, exceto com relação aos assuntos mencionados nos dois primeiros parágrafos da seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras" do citado Parecer da Auditoria Independente relacionadas ao PRONAF e a reestruturação da CAPAF.

Belém (PA), 28 de fevereiro de 2011.

COMITÊ DE AUDITORIA

Resumo do Relatório Semestral – 2.º semestre de 2010

De acordo com o disposto no artigo 9.º de seu Regimento Interno, bem como no artigo 40 do Estatuto Social do Banco da Amazônia, este Comitê de Auditoria apresenta o resumo de seu relatório referente ao período de 1.º/07/2010 a 31/12/2010.

Os seguintes temas foram avaliados: a) atividades desenvolvidas no período; b) efetividade do sistema de controles internos; c) efetividade da auditoria independente; d) efetividade da auditoria interna; e) atendimento às demandas de órgãos externos; f) outros temas acompanhados pelo Comitê de Auditoria; e g) qualidade das demonstrações contábeis.

As informações constantes deste documento provêm dos relatórios institucionais, das atas das reuniões com o Conselho de Administração e das reuniões com os demais gestores, das demandas dos órgãos externos de fiscalização e controle, assim como das normas internas, da legislação e dos normativos que regulam a atividade empresarial e bancária no País.

O Comitê de Auditoria do Banco da Amazônia cumpriu suas atribuições regulamentares e institucionais. Realizou reuniões com os gestores das unidades corporativas e emitiu avaliações periódicas acerca de assuntos de maior complexidade e relevância. Reportou, ao longo do semestre, ao Conselho de Administração as matérias resultantes de sua supervisão, monitoramento, análise e avaliação das políticas, práticas e procedimentos de gestão.

Relativamente aos controles internos, o Comitê analisou o ambiente de controle, a avaliação e o gerenciamento de riscos, as atividades de controle, a informação e a comunicação, bem como o monitoramento. Concluiu que houve avanços significativos, embora o sistema de controles internos requiera melhorias constantes. A Instituição ainda apresenta fragilidades que poderiam impactar o alcance pleno de seus objetivos, mas há medidas em marcha que poderão neutralizá-las. Entre elas, destacam-se a integral implantação, já nos próximos meses, do Projeto de Excelência Tecnológica e do site backup.

Os trabalhos da Auditoria Externa foram conduzidos com independência e de acordo com as normas técnicas, estando documentados através de plano de auditoria, relatórios e pareceres, que refletem, na avaliação deste Comitê, a situação atual do Banco da Amazônia.

A Auditoria Interna também atuou com independência e efetividade. Sua força de trabalho, no entanto, continuou sendo absorvida em sua maior parte em auditorias especiais. Mas, com a desoneração de apurações de irregularidades de menor complexidade, processo já em andamento, deverá liberar parte de sua estrutura para atuar com maior intensidade em auditorias com foco nos riscos dos processos e com abrangência corporativa.

O Banco da Amazônia atendeu às demandas dos órgãos de fiscalização e controle externos, não havendo registro de pendências, exceto aquelas constantes em planos de ação ainda em andamento.

Entre os demais temas acompanhados pelo Comitê de Auditoria, destacam-se o Projeto de Excelência Tecnológica (PET), o processo de equacionamento da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF) e o projeto de convergência às normas contábeis instituídas pela Lei 11.638/2007.

As demonstrações financeiras com data-base 31/12/2010, as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer do Auditor Independente estão de acordo com os normativos que regulam a atividade bancária e com as práticas contábeis vigentes no País. Assim, por refletirem a situação financeira e patrimonial da Empresa, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação de tais documentos.

Belém (PA), 28 de fevereiro de 2011.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 19, o Banco identificou ilicitudes perpetradas por terceiros em algumas operações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. A extensão das prováveis perdas acima está em fase de mensuração pela administração do Banco. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de complemento da provisão para perdas do FNO em 31 de dezembro de 2010, referente a parcela do risco compartilhado do Banco nessas operações.

Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e o Banco, sob a orientação da consultoria técnica atuarial contratada, e em atendimento ao Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos da CAPAF, concluíram a elaboração dos regulamentos do "Plano Misto de Benefícios Saldado", "Plano Saldado de Benefício Definido" e do "Plano de Benefícios Previdenciários PREV AMAZÔNIA", os quais foram aprovados pelas partes (Diretoria Executiva do Banco e Conselho Deliberativo da CAPAF) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O Banco recebeu da consultoria contratada um estudo atualizado base fevereiro de 2010, ainda não auditado, que estima o déficit atuarial destes novos planos em aproximadamente R\$ 1.207.000 mil, que considera 100% de adesão, e compreende a responsabilidade do Banco em 72,84% e dos empregados ativos e assistidos em 27,16%. A implementação final do projeto de reestruturação dependerá da pré-adesão dos participantes e assistidos pelos planos, em percentual que admita a efetivação da reestruturação. Adicionalmente, o Banco efetua a provisão para obrigações atuariais com base em um percentual do déficit atuarial calculado pelo atuário-consultor correspondente à parcela do seu patrocínio, que é de 50%. Esse procedimento foi adotado com base na Lei Complementar nº 109, que determina que o déficit de planos previdenciários seja equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições. Porém, a metodologia atuarial prevista na Deliberação CVM 600 não contempla futuras contribuições que serão vertidas aos planos, e dessa forma, não prevê o registro das obrigações atuariais pela patrocinadora em valores proporcionais. Nessas circunstâncias, não nos foi possível formar uma opinião quanto aos possíveis efeitos que poderão advir quando do encerramento do processo de reestruturação, e quanto a adequação da provisão para obrigações atuariais do Banco junto a CAPAF em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 373.084 mil, e o respectivo crédito tributário, no montante de R\$ 117.573 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

O Banco possui registrado na conta Outros Créditos – Diversos – Títulos e Créditos a Receber, o valor de R\$ 135.535 mil, correspondente aos aportes efetuados a maior para a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, no plano de contribuição definida e pagamentos de causas judiciais de responsabilidade daquela Entidade. As partes interessadas expressaram, em instrumentos jurídicos e correspondências, a intenção de utilização destas importâncias no equacionamento do déficit atuarial que existe no plano de benefício definido e/ou restituição dos valores ao Banco. A forma e a tempestividade quanto à utilização desses recursos para o equacionamento do déficit atuarial depende da anuência formal da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST e do Ministério da Fazenda.

Conforme mencionado na nota explicativa 6, o Banco possui registrado na conta Títulos e Valores Mobiliários, o valor de R\$ 316.664 mil, correspondente a Certificados Financeiros do Tesouro, recebidos pelo Banco dentro do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001. Esses títulos estão classificados como disponível para venda, conforme Circular nº. 3.068 do Banco Central do Brasil, porém não estão marcados a mercado, conforme determina a referida Circular. A Administração do Banco espera liquidar suas obrigações junto à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, com a utilização desses títulos pelo seu valor de face, motivo pelo qual não foram marcados a mercado. Caso esses títulos fossem negociados no mercado secundário, o Banco registraria uma perda de R\$ 41.318 mil, sem considerar os efeitos tributários, com base em premissas de mercado em 31 de dezembro de 2010.

No caso da não viabilização do equacionamento da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, conforme descrito na nota explicativa 24 e mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, o órgão regulador, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, poderá fazer uso das prerrogativas previstas no artigo 48 da Lei Complementar nº. 109/2001, que estabelece a possibilidade de liquidação extrajudicial da CAPAF.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos Base para opinião com ressalva, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6-S-S-PA

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-S-S-PA

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO
Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

| | 31.12.2010 | 31.12.2009 | | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|--|------------|------------|---|------------|------------|
| ATIVO | | | PASSIVO | | |
| CIRCULANTE | 4.341.415 | 4.092.260 | CIRCULANTE | 31.377 | 26.224 |
| DISPONIBILIDADES | 1.972.099 | 1.742.434 | OUTRAS OBRIGAÇÕES | 31.377 | 26.224 |
| Recursos a Alocar | 1.302.913 | 1.286.773 | Taxa de Administração | 31.377 | 26.224 |
| Recursos Alocados | 669.186 | 455.661 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 11.505.852 | 10.146.258 |
| TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER | 16.561 | 8.176 | REPASSES DO TESOUREIRO NO EXERCÍCIO | 1.361.306 | 1.263.012 |
| DEVEDORES POR REPASSES | 1.449 | 1.439 | Primeiro Semestre | 677.902 | 648.345 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO | 374.711 | 360.470 | Segundo Semestre | 683.404 | 614.667 |
| Financiamentos Rurais | 421.423 | 411.508 | REPASSES DO TESOUREIRO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES | 9.618.250 | 8.355.237 |
| Financiamentos Industriais/Agroindustriais | 14.006 | 15.574 | LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 528.008 | 537.972 |
| Provisão Operações de Crédito | (60.718) | (66.612) | (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO | (1.712) | (9.963) |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO | 2.043.142 | 2.045.680 | Primeiro Semestre | (41.484) | (55.257) |
| Financiamentos Rurais | 1.487.652 | 1.589.684 | Segundo Semestre | 39.772 | 45.294 |
| Financiamentos Industriais/Agroindustriais | 330.695 | 290.785 | | | |
| Financiamentos - Comércio e Serviços | 271.388 | 220.917 | | | |
| Provisão Operações de Crédito | (46.793) | (55.906) | | | |
| PROVISÃO BÔNUS DE ADIPLÊNCIA REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | (66.547) | (65.939) | | | |
| DEVEDORES POR REPASSES | 7.195.814 | 6.080.222 | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO | 10.518 | 11.271 | | | |
| Financiamentos Rurais | 1.059.347 | 1.173.473 | | | |
| Financiamentos Industriais/Agroindustriais | 1.113.625 | 1.227.632 | | | |
| Financiamentos - Comércio e Serviços | 17.876 | 24.255 | | | |
| Provisão Operações de Crédito | (72.154) | (78.414) | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO | 6.446.372 | 5.232.556 | | | |
| Financiamentos Rurais | 2.932.397 | 2.742.397 | | | |
| Financiamentos Industriais/Agroindustriais | 1.667.094 | 1.403.393 | | | |
| Financiamentos - Comércio e Serviços | 1.880.557 | 1.144.924 | | | |
| Provisão Operações de Crédito | (33.676) | (58.158) | | | |
| PROVISÃO BÔNUS DE ADIPLÊNCIA | (320.423) | (337.078) | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 11.537.229 | 10.172.482 | TOTAL | 11.537.229 | 10.172.482 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

| | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|--|-------------|-------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| (Prejuízo) do exercício | (1.712) | (9.963) |
| Despesa de provisão para operações de crédito | 218.352 | 303.099 |
| Despesa de provisão para bônus de adimplência | 103.971 | 53.381 |
| Reversão de provisão para bônus de adimplência | (8.080) | (15.504) |
| Lucro líquido ajustado | 312.531 | 331.013 |
| (Aumento) em títulos e créditos a receber | (8.385) | (3.489) |
| (Redução) de devedores por repasses | 742 | 61 |
| (Aumento) em operações de crédito | (1.441.682) | (1.301.248) |
| Aumento em outras obrigações | 5.153 | 4.133 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | (1.444.172) | (1.300.543) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Recursos recebidos do Tesouro Nacional | 1.361.306 | 1.263.012 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | 1.361.306 | 1.263.012 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 229.665 | 293.482 |
| Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do período | 1.742.434 | 1.448.952 |
| No fim do período | 1.972.099 | 1.742.434 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 229.665 | 293.482 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

| E V E N T O S | | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|---|--|------------|------------|
| SALDO EM 31/12/2008 | | | 8.893.209 |
| Recursos repassados durante o exercício | | | 1.263.012 |
| Resultado do exercício | | | (9.963) |
| SALDO FINAL EM 31/12/2009 | | | 10.146.258 |
| Recursos repassados durante o exercício | | | 1.361.306 |
| Resultado do exercício | | | (1.712) |
| SALDO FINAL EM 31/12/2010 | | | 11.505.852 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

| DISCRIMINAÇÃO | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|--|------------|------------|
| R E C E I T A S: | 679.406 | 615.483 |
| Operações de crédito | 424.460 | 378.561 |
| Remuneração das disponibilidades | 165.005 | 146.727 |
| Reversão de provisões bônus de adimplência | 8.080 | 15.504 |
| Recuperação de créditos baixados | 81.861 | 74.691 |
| D E S P E S A S: | (681.118) | (625.446) |
| De administração | (272.261) | (252.603) |
| De remuneração agente - Pronaf | (13.088) | (11.973) |
| De auditoria externa | (185) | (181) |
| De renegociações e descontos | (73.261) | (4.209) |
| De bônus de adimplência | (103.971) | (53.381) |
| De provisão operações de crédito | (218.352) | (303.099) |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | (1.712) | (9.963) |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, com alterações através das Leis Ordinárias nº 9.126, de 10/11/1995, 10.177, de 12/01/2001, 11.775, de 17/09/2008, e Medida Provisória nº 2.196-3, de 24/08/2001.

O FNO representa o maior e principal instrumento econômico-financeiro para promover o desenvolvimento econômico e social da região Norte em bases sustentáveis, tendo como administrador o Banco da Amazônia S.A. Seus recursos são oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, se destinam ao financiamento das atividades econômicas desenvolvidas na Região.

As aplicações do FNO estão pautadas no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2008 a 2011, nas orientações estratégicas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no Plano Amazônia Sustentável (PAS), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Política Nacional de Agricultura Familiar, na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, no Plano Nacional de Turismo (PNT), no Programa Mais Cultura, na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, nas políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, da pesca e aqüicultura e nos Planos Estaduais de Aplicação de Recursos.

a) Área de atuação

Os recursos do FNO se destinam, exclusivamente, ao financiamento de atividades produtivas desenvolvidas na Região Norte, compreendendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 Km².

b) Política de crédito

A política creditícia está assentada no Plano de Aplicação dos Recursos para 2010, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

c) Programas de financiamento

Os recursos do FNO para o ano de 2010 foram disponibilizados através de três programas de financiamento: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); e Programa de Financiamento Para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade). Referidos programas contemplam as atividades produtivas da economia regional, por meio de concessões de financiamentos prioritários aos segmentos de menor porte (mínimo e pequenos empreendedores), direcionado à agricultura de base familiar, empreendimentos que utilizem matérias-primas e mão-de-obra locais e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental.

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

d) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

e) Fiscalização

Para efeito de fiscalização e acompanhamento, os demonstrativos contendo a movimentação dos recursos, aplicações e os resultados do FNO são enviados mensalmente aos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda. Semestralmente, é encaminhado ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM) e ao Ministério da Integração Nacional o Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos e, anualmente, a Prestação de Contas dos recursos do Fundo é remetida à Secretaria Federal de Controle Interno e ao Congresso Nacional.

2. Principais diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

De acordo com o Decreto nº 6.367/2008, os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito contratadas a partir de janeiro de 2008 e das operações ativas em 31 de dezembro de 2007 e que foram formalizadas com as taxas prefixadas pela Lei nº 10.177/2001, variam de 5% a 10% a.a. conforme a área de atuação e porte dos tomadores.

Quanto ao estoque das operações anteriores a 15 de janeiro de 2001, incidem encargos variáveis em função do prazo da contratação e das renegociações efetivadas de acordo com os dispositivos legais, específicos para os Fundos Constitucionais.

Nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos financeiros variam de acordo com a legislação e regulamento constante no Manual de Crédito Rural, nos capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil.

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, aplicando 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do Decreto nº 5.641/2005.

b) Ativo

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, que são remunerados pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

Os financiamentos são demonstrados pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de Rendimentos a Apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo realizável a longo prazo.

c) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

d) Demonstrativos financeiros

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), conforme determina a Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

3. Operações de crédito

a) Risco

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

a.1. Risco integral do Fundo:

(i) operações vigentes contratadas desde a publicação da Lei nº 7.827/1989 até 30 de novembro de 1998, conforme dispõe o artigo 13 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Tais operações correspondem ao montante de R\$920.495 (R\$1.020.720 em 2009), já deduzido da provisão para operações de crédito, no valor de R\$117.408 (R\$129.845 em 2009);

(ii) financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C e Floresta, cujo montante corresponde a R\$513.563 (R\$513.223 em 2009), já deduzido da provisão para operações de crédito no valor de R\$15.464 (R\$15.181 em 2009); e

(iii) operações de repasses a outras instituições financeiras, que importam em R\$11.967 (R\$12.710 em 2009).

a.2. Risco compartilhado:

Operações vigentes contratadas a partir de 01 de dezembro de 1998, cujo risco pela concessão dos créditos são compartilhados entre o Banco da Amazônia S.A. e o Fundo, correspondem ao montante de R\$8.489.514 (R\$7.278.236 em 2009), já deduzido da provisão para operações de crédito no valor de R\$80.469 (R\$114.064 em 2009).

b) Provisão

b.1. A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005. Referida provisão corresponde ao montante de R\$107.511 (R\$122.518 em 2009), registrada totalmente no circulante.

b.2. Conforme previsto na Portaria Interministerial MF/MI nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- a) montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- b) valor da provisão existente antes da referida renegociação.

O montante dessa provisão corresponde a R\$105.830 (R\$136.572 em 2009), registrada totalmente no realizável a longo prazo.

b.3. As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do Banco operador revertem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

Na movimentação da provisão dos exercícios de 2010 e 2009 foram registradas baixas das parcelas de principal e encargos, vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstrada:

| | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Discriminação | | |
| Saldo Inicial | (259.090) | (202.601) |
| Risco Integral FNO | (145.026) | (133.266) |
| Risco Compartilhado | (114.064) | (69.335) |
| Provisões constituídas | (218.352) | (303.099) |
| Risco Integral FNO | (120.434) | (177.892) |
| Risco Compartilhado | (97.918) | (125.207) |
| Valores baixados | 264.101 | 246.610 |
| Risco Integral FNO | 132.588 | 166.132 |
| Risco Compartilhado | 131.513 | 80.478 |
| Saldos no fim do exercício | (213.341) | (259.090) |
| Risco Integral FNO | (132.872) | (145.026) |
| Risco Compartilhado | (80.469) | (114.064) |

Composição da carteira:

| | Risco do Fundo | | | Risco do Fundo | | |
|--------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Normal | Vencidos | Total | Normal | Vencidos | Total |
| Financiamentos | | | | | | |
| Indústria | 24.134 | 7.748 | 31.882 | 31.988 | 7.841 | 39.829 |
| Rurais | 1.405.876 | 129.172 | 1.535.048 | 1.505.911 | 133.229 | 1.639.140 |
| Subtotal | 1.430.010 | 136.920 | 1.566.930 | 1.537.899 | 141.070 | 1.678.969 |
| Dev. p/ Repasses | 11.967 | - | 11.967 | 12.710 | - | 12.710 |
| Total da Carteira | 1.441.977 | 136.920 | 1.578.897 | 1.550.609 | 141.070 | 1.691.679 |
| Provisão | (72.154) | (60.718) | (132.872) | (78.414) | (66.612) | (145.026) |
| Total Líquido | 1.369.823 | 76.202 | 1.446.025 | 1.472.195 | 74.458 | 1.546.653 |

| | Risco do Fundo | | | Risco do Fundo | | |
|--------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Normal | Vencidos | Total | Normal | Vencidos | Total |
| Financiamentos | | | | | | |
| Indústria/Com/Serv | 4.082.744 | 66.990 | 4.149.734 | 3.004.647 | 55.372 | 3.060.019 |
| Rurais | 4.102.008 | 318.241 | 4.420.249 | 3.970.123 | 362.158 | 4.332.281 |
| Total da Carteira | 8.184.752 | 385.231 | 8.569.983 | 6.974.770 | 417.530 | 7.392.300 |
| Provisão | (33.676) | (46.793) | (80.469) | (58.158) | (55.906) | (114.064) |
| Total Líquido | 8.151.076 | 338.438 | 8.489.514 | 6.916.612 | 361.624 | 7.278.236 |

c) Créditos baixados

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, com base nas regras da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005, cujo montante no exercício foi de R\$395.614 (R\$327.088 em 2009).

Demonstrativo das baixas:

| Risco | | 31.12.2010 | | | 31.12.2009 | | |
|--------------|---------------|------------------------------|--|----------------|------------------------------|--|----------------|
| | | Valores assumidos pelo Fundo | Valores assumidos pelo Banco da Amazônia | Total | Valores assumidos pelo Fundo | Valores assumidos pelo Banco da Amazônia | Total |
| Indústria | Integral | 8.156 | - | 8.156 | 9.605 | - | 9.605 |
| Rural | Integral | 124.432 | - | 124.432 | 156.527 | - | 156.527 |
| Ind/Com/Serv | Compartilhado | 21.050 | 21.050 | 42.100 | 12.887 | 12.887 | 25.774 |
| Rural | Compartilhado | 110.463 | 110.463 | 220.926 | 67.591 | 67.591 | 135.182 |
| Total | | 264.101 | 131.513 | 395.614 | 246.610 | 80.478 | 327.088 |

d) Bônus de adimplência

d.1. A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterou os encargos financeiros, concedeu bônus de adimplência, permitiu renegociações e estabeleceu prazos para repactuação das operações de crédito dos fundos constitucionais;

d.2. A Lei nº 10.464, de 24 de maio de 2002, autorizou repactuação, alongamento de dívidas e concedeu bônus de adimplência para os créditos relativos ao Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mini e pequenos produtores e;

d.3. A Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, autorizou repactuação, alongamento de dívidas e concedeu bônus de adimplência para as operações oriundas do crédito rural, em todos os programas.

Somente fará jus ao bônus de adimplência, cujas principais taxas estão especificadas na tabela a seguir, a parcela paga até a data do respectivo vencimento.

| Descrição | Lei nº 10.177 | Lei nº 10.464 | Lei nº 10.696 | |
|---------------------|-----------------------------|---|---|---|
| Industrial | 15% s/ encargos financeiros | Não aplicado | Não aplicado | |
| Rural | 15% s/ encargos financeiros | Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14% | Não aplicado | Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14% |
| Comércio e Serviços | 15% s/ encargos financeiros | Não aplicado | Não aplicado | |
| Procera | | 70% sobre a parcela | a) 70% sobre a parcela b) 90% na liquidação da dívida. | |
| Pronaf | | 30% sobre a parcela | 30% sobre a parcela | |

Para as operações contratadas após 13 de janeiro de 2000 é concedido o percentual de 15% de bônus, conforme artigo 1º, incisos I, II e III, parágrafo 5º, da Lei nº 10.177.

Os mutuários que honraram suas parcelas dentro do cronograma de vencimento foram elegíveis ao bônus de inadimplência que representou no exercício o montante de R\$111.936 (R\$87.225 em 2009). Adicionalmente, houve reversão de provisão no valor de R\$8.080 (R\$15.504 em 2009), por falta de pagamento das parcelas nas datas pactuadas. O ajuste de provisão contabilizado como despesa, foi de R\$103.971 (R\$53.381 em 2009).

e) Renegociações

Ocorreram 12.809 renegociações de operações de crédito, totalizando o montante de R\$826.818 sendo que 5.293 operações, no valor de R\$702.487, foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 7.516 operações, correspondente a R\$124.331, tiveram por base medidas emanadas pelo Governo, com destaque para os seguintes normativos:

e.1. Art. 56 da Lei nº 11.775/2008, regulamentado pelo Decreto nº 7.137, de 29 de março de 2010, que autorizou prorrogação e concessão de descontos na liquidação de operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal – PRODEX, do Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada – PRORURAL ou do FNO-Especial. Foram regularizadas 6.510 operações de crédito no montante de R\$58.530 e nas liquidações de operações ativas foram concedidos descontos no total de R\$62.296.

e.2. Resoluções CMN nº 3.732 e 3.736, que concederam prazo adicional para pagamento de prestações de custeio e investimento contratadas em regiões atingidas por enchentes ou por seca. Foram regularizadas 912 operações de crédito no montante de R\$60.473.

f) Recuperação de créditos baixados

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R\$81.861 (R\$74.691 em 2009) e o Banco da Amazônia com R\$28.365 (R\$24.576 em 2009) referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo pela Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

g) PRONAF

Nas aplicações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), realizadas com recursos do FNO, foram identificadas ilicitudes perpetradas por iniciativa de terceiros em algumas operações, fato que originou a instauração de auditoria interna e a revisão e aperfeiçoamento de processos de controles internos existentes no Banco da Amazônia S.A. A extensão dos danos ainda está em fase de mensuração, porém, em análise preliminar, os impactos não serão relevantes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO
(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 3g), o Banco da Amazônia S.A., na figura de Administrador do Fundo, identificou ilicitudes perpetradas por terceiros em algumas operações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. A extensão das prováveis perdas ainda está em fase de mensuração pela administração do Banco. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de complemento da provisão para operações de crédito em 31 de dezembro de 2010, referente a parcela do risco compartilhado do Fundo nessas operações.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais.

Ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2 e 3 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-"S"-PA

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-"S"-PA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARECER CA Nº 2011/002

De acordo com o disposto no art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 30 de outubro de 2001, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião extraordinária realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do FNO, referentes ao segundo semestre e exercício de 2010, e, com base no parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se favorável à sua aprovação.

Belém (PA), 28 de fevereiro de 2011

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Luiz Fernando Pires Augusto - **Presidente**. Abidias José de Sousa Junior - **Conselheiro**. Fabrício Da Soller - **Conselheiro**. Marcos José Pereira Damasceno - **Conselheiro**. Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios - **Conselheiro**. José Helder Silveira de Almeida - **Conselheiro**.

CONSELHO FISCAL: Glauben Teixeira de Carvalho - **Presidente**. Rutely Marques da Silva - **Conselheiro**. Manuel dos Anjos Marques Teixeira - **Conselheiro**. Penha Maria Barroso Aguiar - **Conselheiro**.

DIRETORIA EXECUTIVA: Abidias José de Sousa Junior - **Presidente**. Antônio Carlos de Lima Borges - **Diretor de Infraestrutura do Negócio (DINEG)**. Evandro Bessa de Lima Filho - **Diretor de Controle e Risco (DICOR)**. Eduardo José Lima Cunha - **Diretor de Análise e Reestruturação (DIARE)**. Gilvandro Negão Silva - **Diretor Comercial e de Distribuição (DICOM)**. Jorge Ivan Falcão Costa - **Diretor de Gestão de Recursos (DIREC)**.

COMITÊ DE AUDITORIA: Carliño Silvério Ludwig - **Presidente**. Nivaldo Alves Nunes - **Membro**.

CONTADOR: Maria de Belém Silva Cotta - CRC-PA 007217/O.